



1
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ATA Nº 5/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA QUINZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado pela primeira secretária, Maria de Lurdes Albuquerque de Frias-Pinto, e pela segunda secretária, Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*:

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de setembro de 2023.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
4. Declaração de incompatibilidades – Informação do Sr. Vereador Carlos Alberto Pereira de Sousa (nº 1, do artº 3º, da Lei nº 29/87, de 30 de junho).
5. Discussão e votação do Aditamento ao Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Concurso Público.
6. Discussão e votação do Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Ano de 2024 – serviço público de transporte de passageiros.
7. Discussão e votação da Proposta de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Sátão.
8. Discussão e votação da Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2024 a 2028) - ano financeiro 2024.
9. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2024.
10. Discussão e votação da Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2024.
11. Discussão e votação da Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).
12. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2024.
13. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2024.
14. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

15. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

16. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e quarenta e dois minutos, deu início à sessão.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa, Vítor Figueiredo, Zélia Silva, Paula Cardoso e Fernando Gomes.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2.ª Secretária da Assembleia: Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina

Os Membros: Sandra Almeida Cravo Fonseca, Sérgio Almeida Ferreira, António Carlos Rodrigues, Rui Miguel Loureiro Cabral, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Hélder José de Jesus Vaz, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Rui Miguel Almeida Lopes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, Tiago Orlando Jesus Rebelo, Rosa Maria Saraiva Simões, Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque, Gonçalo Rui Martins Magalhães, José Luís Correia de Almeida, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: António Gomes de Sousa – Avelal, Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Agostinho Machado Rodrigues – Mioma; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; António José Filipe Carvalho – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Olindo de Albuquerque Pimentel – Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de Maria Lurdes Gonçalves Almeida e de Hélder Alexandre Almeida Baptista – Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, tendo sido substituídos por Tiago André Cardoso Figueiredo e António Luís de Almeida Figueiredo – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, respetivamente.

Faltou: André Roxo Xavier de Sá.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Deu início à sessão cumprimentando todos os presentes e, como não havia público inscrito para intervir, passou de imediato ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de setembro de 2023.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve inscrições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 28 de setembro de 2023 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 24 (vinte e quatro)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 3 (três)

Estavam presentes 27 (vinte e sete) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados que a quisessem consultar.

Inscrições: Não houve inscrições.

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Neste período, antes de abrir as inscrições para intervenção dos Srs. Deputados, referiu que queria dar entrada do seguinte:

«Deu entrada nos serviços da Câmara Municipal, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma Petição respeitante aqueles “pinos” - sinalização na Rua Francisco Sá Carneiro - que a Mesa analisou e que entendeu indeferir liminarmente com o seguinte argumento, do qual foi dado conhecimento ao primeiro peticionário, como mandam as normas: «A petição, no entender da Mesa, não está devidamente formalizada, porque o nosso Regimento, no artigo 65º, ponto 2, diz: “Considera-se petição o documento que, sob forma original, encimado pelo termo “PETIÇÃO”, seja subscrito por um ou mais eleitores do colégio eleitoral do município, devidamente identificados pelo nome, residência e número de eleitor, dirigido ao presidente da Assembleia Municipal, devidamente assinado pelos peticionantes e com a identificação completa do primeiro signatário.”»

Alerto para este ponto “... com a identificação completa do primeiro signatário”. É evidente que o nosso Regimento foi beber à legislação geral, tendo sido aqui aprovado por unanimidade, como tem que ser no início de cada mandato e é a Norma que nos rege nestes 4 anos. Desta não conformidade foi não conhecimento ao primeiro peticionário, Deputado Marco Girão, que veio posteriormente contrapor, fazendo alguns alertas, nomeadamente chamando a atenção para o artigo 6º, da Lei 43/90, de 10 de agosto, a qual determina expressamente que “nenhuma entidade pública ou privada pode proibir ou por qualquer forma impedir ou dificultar o exercício de Direito de Petição designadamente na livre recolha de assinaturas e na prática ou de mais atos necessários.”

Não tendo a pretensão nem o direito de exercer qualquer tipo de impedimento, apenas foi sugerido que a petição se viesse a verificar de acordo com a legislação. Sendo certo o atrás transcrito, também consta no ponto 6, do artigo 9º, do mesmo Diploma Legal que: “Em caso de petição coletiva, ou em nome coletivo, é suficiente a identificação completa de um dos signatários”»

Depois de dar toda a informação sobre o assunto, disse que o documento estava à disposição dos Srs. Deputados para consulta, podendo verificar como estavam identificados os peticionários. Disse ainda que se o Sr. Deputado Marco Girão, como primeiro peticionário, se assim o entendesse, aquele assunto poderia ser discutido em sede de sessão da Assembleia Municipal. No entanto, de acordo com a legislação, para tal deverá constar como um ponto da Ordem de Trabalhos. Assim sendo, em período antes da ordem do dia ou no ponto 16, em Assuntos de interesse concelhio, o Sr. Deputado, se assim o entender, poderá abordar o assunto.

Seguidamente abriu o período de inscrições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Marco Girão; Sandra Cravo; Gonçalo Magalhães; Pres. Junta de Sátão (António José Carvalho); Ricardo Almeida; Rui Silva; Carlos Rodrigues.

Marco Girão: Iniciou a sua intervenção dizendo que em primeiro lugar, em relação à Petição, gostaria de esclarecer que estava como primeiro peticionário devidamente identificado, nomeadamente pela missiva endereçada a qual encabeça a Petição. Em segundo lugar, também constava o número do seu Cartão de Cidadão, podendo ser verificados todos os dados. Em terceiro lugar, como atualmente já não existia o Cartão de Eleitor e, estando tudo ligado ao Cartão de Cidadão, essa situação, a ser verificada, será através do Cartão de Cidadão, cujo número também foi indicado por todos os restantes peticionários. Disse também que se o Órgão Assembleia Municipal entender imprescindível a verificação desses dados, será ele que terá que mover as ações necessárias para esse efeito.

De seguida, referindo que iria proceder à sua intervenção propriamente dita para este período, disse o seguinte:

*«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Município,
Excelentíssimos Senhores Vereadores;
Excelentíssimos Senhores membros da Assembleia Municipal;
Excelentíssimos Senhores Presidentes de Juntas de
Freguesias;*

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Senhor Presidente do Município,

Na edição do jornal Correio da Manhã de 4 de julho do presente ano, na secção intitulada Atualidade dois – crime sexual, o jornalista Tiago Pereira, a propósito do caso de assédio moral e sexual que envolve funcionários da autarquia, transcreveu uma afirmação que lhe é atribuída, e que passo a citar:

“...deve aprender a lidar com a situação, deixar a psicóloga e encarar os problemas de frente. Vista um fato de treino e faça desporto ao fim do dia...”

Nessa reportagem, é ainda referido que, e passo novamente a citar: “...Alexandre Vaz sabia de tudo o que se passava, e tinha até conhecimento das mensagens sexuais, mas não tomou qualquer medida, e pior, tentou amedrontar a vítima dizendo-lhe que ela é que iria ficar mal vista por causa da sua maneira de vestir...”

Esta última transcrição que acabei de citar é referida ao jornalista pelo advogado que representa a ex-funcionária alvo de assédio sexual e laboral, e é ainda acompanhada com a afirmação de que a mesma reuniu consigo por quatro vezes e que, nessas reuniões lhe mostrou provas que atestavam que estava a ser perseguida e assediada.

Essas alegações, que com toda a certeza as instâncias judiciais não deixarão de averiguar, determinaram objetivamente o seu envolvimento no processo em causa. Para todos os efeitos, o senhor presidente passou a ser uma peça-chave para o esclarecimento de alguns factos e para o apuramento da verdade.

Relembro, senhor presidente, que todas as pessoas, sejam ou não partes numa causa, têm o dever de prestar a sua colaboração para a descoberta da verdade, respondendo ao que lhes for perguntado, submetendo-se às inspeções necessárias, facultando o que for requisitado e praticando os atos que forem determinados. Considerando o dever de cooperação para a descoberta da verdade que nos vincula a todos, pergunto-lhe, senhor presidente, se voluntariamente se dispôs a depor na fase instrutória do processo, para confirmar ou refutar as graves alegações que lhe foram imputadas.

Penso que o senhor presidente está, neste momento, em condições de esclarecer esta Assembleia, uma vez que o procedimento disciplinar já foi concluído, e já não fará agora, sentido, continuar a invocar um qualquer artigo do código de conduta, para se furtar a um escrutínio que lhe é exigível, face a uma matéria tão grave.

Desconheço, devido ao carácter sigiloso da instrução do processo disciplinar, se o senhor presidente foi ouvido e prestou declarações. Se tal sucedeu, prestar essas declarações foi o mais adequado, uma vez que, como já referi, o senhor presidente passou a ser um elemento fundamental para o apuramento da verdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Se, pelo contrário, o seu depoimento não foi solicitado, considero então que, por um lado, quem instruiu o processo disciplinar não foi suficientemente diligente no apuramento cabal da verdade dos factos e, por outro, o senhor presidente, enquanto servidor público, faltou ao seu dever de cooperação processual a que está legalmente obrigado. O senhor presidente, perante as graves alegações de que foi alvo, tinha a obrigação moral e legal de, voluntariamente, solicitar para que fosse ouvido.

Independentemente de ter, ou não, prestado depoimento, parece-me evidente que, a partir do momento em que foram feitas graves alegações sobre a sua atuação e gestão nesta matéria, o senhor presidente, por ser parte envolvida e, consequentemente, interessada, deixou de ter objetivamente condições para intervir em qualquer fase do processo disciplinar e, por maioria de razão, na fase de decisão.

A questão de fundo, que penso ser de extrema delicadeza, está no risco de, em função dos factos inicialmente expostos, se gerar uma suspeita sobre a imparcialidade, objetivamente apreciada, do senhor presidente, suscetível de lançar dúvidas para um observador externo, o que é atendível à luz de um critério de transparência e isenção que a comunidade, nomeadamente os munícipes, tem direito a ver respeitado.

Dito de outro modo, para que seja perfeitamente entendível por todos, a sua intervenção no processo disciplinar corre sérios riscos de ser considerada suspeita, por se verificar um motivo grave, suficiente e adequado para que seja gerada desconfiança sobre a sua imparcialidade. Ainda assim, na reunião de câmara ocorrida no dia 19 de outubro, foi apreciada a instrução do procedimento disciplinar e, na fase de decisão, votada a proposta do instrutor para aplicação das sanções disciplinares. O senhor presidente, ao participar na votação, colocou-se numa situação insustentável.

Na verdade, alguém que tenha conhecimento pessoal de factos referidos num qualquer processo, ou que seja parte do mesmo, por ser citado por uma das partes, deve declarar-se impedido de participar em qualquer fase processual, uma vez que a informação de que eventualmente dispõe, pode inquinar a formação íntima da convicção do instrutor, influenciando a decisão a proferir.

Ora, foi exatamente isso o que ocorreu no dia 19 de outubro.

Embora se soubesse envolvido e citado no processo por uma das partes, e conhecesse as graves alegações que lhe foram dirigidas, o senhor presidente não se sentiu impedido de participar na votação da proposta do instrutor, colocando dessa forma em causa princípios fundamentais como o da justiça e o da imparcialidade.

Nada obstava, pois, a que o senhor presidente declarasse na fase instrutória que nenhum conhecimento tinha da matéria aludida por uma das partes, ou que, pura e simplesmente, as alegações dirigidas contra si eram falsas, prestando, deste modo, o seu depoimento sem qualquer constrangimento e contribuindo para a descoberta da verdade.

O senhor presidente, se tinha conhecimento de alguns factos que interessavam à investigação, deveria ter-se disponibilizado para servir como testemunha, declarando-se impedido para intervir em fases processuais posteriores. Não o fazendo, faltou ao seu dever de colaborar para a descoberta da verdade.

Todavia, ainda que não tivesse conhecimento de quaisquer factos relevantes, deveria ter procedido de igual forma, desmentindo no processo tais alegações e colocando-se à parte do mesmo, pois só essa atitude teria afastado a suspeição que, neste momento, paira sobre si.

Na presença desta situação, julgo ser incontornável o conhecimento e a averiguação das autoridades competentes, em concreto a Inspeção Geral de Finanças, com o objetivo de verificar a existência de possíveis ilicitudes, nulidades ou irregularidades que contaminem o processo disciplinar, que caso se confirmem, tornarão inválidas todas as decisões entretanto tomadas.

Muito obrigado.»

Sandra Cravo: Tomou a palavra e proferiu o seguinte:

«Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e com ele a sua mesa,

O Sr. Presidente do Município,

Os Srs Vereadores,

Srs Membros da assembleia,

Srs Presidentes de Junta de Freguesia bem como os demais presentes.

Como é do conhecimento geral, o acesso à água própria para consumo é um direito humano fundamental. As entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e das suas redes de abastecimento têm o dever e responsabilidade de assegurar a sua qualidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

As águas destinadas ao consumo humano para beber ou para utilizar na produção, lavagem e preparação de alimentos, estão muitas vezes sujeitas a contaminação, direta ou indireta, por águas de esgotos ou por excrementos provenientes de outra origem podendo ser veículo de transmissão de doenças para o homem, quer pelo seu consumo quer por deficientes sistemas de saneamento e higiene.

Logo, uma rigorosa gestão da qualidade da água é primordial.

Sr. Presidente, quero manifestar aqui a minha preocupação quanto à qualidade da água do Município. O que é que se passa com a água do Concelho? A água da rede tem qualidade? É segura? A sua análise cumpre com os parâmetros de qualidade definidos por lei?

A minha preocupação prende-se não só com a cor da água que de vez em quando sai das nossas torneiras, mas também com o facto da comunicação social ter trazido recentemente a público notícias que envolvem o nome da Câmara Municipal de Sátão no caso “Operação Gota de água”.

O que veio a público tem algum fundamento?

Sr. Presidente pode-nos garantir que a gestão da qualidade da água está a ser feita de forma rigorosa e eficiente?

Obrigada.»

Gonçalo Magalhães:

«Bom dia a todos.

Cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele toda a sua Mesa,

Senhores Vereadores,

Caros Colegas Camaradas,

Senhores Presidentes de Junta.

Realizou-se, em Penalva do Castelo, o 12º Encontro Nacional de Produtores de Mirtilos.

Foi um Evento que é Nacional e trouxe ao Concelho de Penalva do Castelo 370 participantes, 20 expositores, participantes do Minho ao Algarve, muita gente naquele Evento.

Trouxe também a Ministra da Agricultura, Drª Maria do Céu Antunes, e, portanto, foi um evento que gera algum movimento em todos os Concelhos onde ele é feito.

Pernoitaram, muitos daqueles participantes que lá estiveram, obviamente distribuídos pelos concelhos limítrofes de Penalva do Castelo, entre Mangualde, Viseu, Nelas... e, portanto, ficaram por cá, o que gera também alguma receita no Concelho e nos Concelhos limítrofes.

Portugal, em 2023, bateu o recorde de exportações em pequenos frutos, nos frutos vermelhos, e está a crescer todos os anos.

Neste momento, os frutos vermelhos em Portugal, estarão em 4º ou 5º lugar nas exportações, atrás do vinho, maçã, pera e tomate.

São 3% do PIB nacional nas exportações o que significa que este produto está com um crescimento significativo.

Só não cresce mais rápido porque o custo é elevado, especialmente na mão-de-obra. É um problema que nós vivemos todos os dias.

Sr. Presidente de Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

O Sátão esteve representado neste Evento.

Estariam 15 produtores naquele Evento, com uma área aproximada de 40 hectares, com uma produção anual de 400 toneladas e com um valor de exportação de 2.400.000,00€!!!

Foi assim que o Sátão esteve em Penalva do Castelo.

São estes valores produzidos aqui no Sátão que, diria eu, poderão ultrapassar a produção de vinho. Talvez seja difícil, mas com este volume de faturação, é possível que isto venha a acontecer.

Este encontro podia ter sido feito no Sátão, onde apesar das limitações de estruturas para receber o evento, eu creio que ainda haveria local para tal.

Foi um encontro onde apenas foi despendida uma sala, o almoço era volante, nem sequer a estrutura hoteleira foi necessária porque comemos um porco no espeto e andámos por ali todos a conviver, e, portanto, era extremamente fácil de o organizar aqui. No segundo dia estivemos no Concelho de Sátão, numa Empresa que todos nós conhecemos, que é a “Nberry”, onde vimos a demonstração da linha de separação do fruto e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

estivemos ali todos a perceber como funcionava, se bem que, fruto da minha proximidade com a Empresa, eu já teria esse conhecimento.

A minha pergunta é:

Porque não foi este Evento realizado no concelho de Sátão?

Eu sei que os organizadores reuniram consigo, estiveram cá, e não lhes foi aberta a porta para isto ser feito cá.

Não consigo perceber porque é que não teve visão para isto; porque é que não conseguiu perceber que já é o 12º Encontro e que ao longo destes anos que têm sido feitos, a dimensão tem sido maior, cada vez aumenta mais.

Sem visão não conseguimos ter progresso, não conseguimos evoluir nos Concelhos.

Poderíamos ter lá muita gente também como expositores, obviamente que existem aqui produtores de alguns produtos endógenos que também poderiam estar e, portanto, era extremamente fácil fazê-lo aqui. Às vezes gasta-se milhares de euros noutros Eventos, e eu não vou aqui criticar a Feira do Mísaro, de longe, mas se calhar, o dinheiro que se gastou na Feira do Mísaro, 10% serviria para fazer este Evento.

Com um custo, e eu sei qual foi o custo que foi feito em Penalva do Castelo, não o vou aqui dizer por razões éticas, obviamente, mas era extremamente fácil fazê-lo aqui e nós teríamos trazido muita gente aqui ao nosso Concelho.

Bem sei que o Município ajudou no segundo dia com algumas cadeiras e algumas tendas que lá colocaram. Manifestamente pouco para o volume de faturação que nós, neste Concelho, produzimos. Temos que dar alguma atenção a nós, que somos produtores, porque também precisamos que o Concelho nos ajude e porque nós também estamos a ajudar o Concelho. Porque tudo o que nós produzimos aqui, apesar de ser exportado, grande parte, fica aqui muita receita deste produto.

Às vezes só nos servimos das Empresas para eclodir, em campanha eleitoral que ajudamos e que fazemos. Não!

Esta Empresa, em particular, onde estivemos no segundo dia, continua a reclamar na sua Zona Industrial, na nossa Zona Industrial, a internet, os passeios continuam lá abandonados, os caixotes do lixo continuam a não estar e, daqui a bocado estamos a terminar o seu mandato, e espero que seja finalmente o seu último mandato, para conseguirmos ali fazer alguma coisa.

Resumindo isto tudo,

Perdeu o Município, perderam os Satenses e perdeu o Sátão!

Obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia de Sátão: Depois de cumprimentar os presentes, interveio abordando os seguintes assuntos:

« . Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Figueiredo:

Quero, em nome da bancada do Partido Socialista, e penso ser extensível a toda a Assembleia, deixar um VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO FIGUEIREDO:

“Fernando José da Costa Figueiredo (19/3/1928 – 27/11/2023), mais conhecido por Senhor Fernandinho, faleceu em Sátão, no dia 27 de novembro, com 95 anos, com uma vida dedicada à causa pública.

Natural de Ferreira de Aves e residente em Sátão, foi fundador e diretor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão, fundador e diretor da Casa do Povo de Sátão, fundador e dirigente do Partido Socialista de Sátão, funcionário dedicado, diligente e respeitado da Câmara Municipal de Sátão.

O Sr. Fernandinho, fiel aos seus princípios, foi desde sempre, um defensor afincado da liberdade, da democracia e de causas cívicas.”

Pelo exposto propõe-se um voto de pesar à consideração da Assembleia Municipal.

. 25 anos do Grupo Zaatam - Voto de Louvor

Deixar uma palavra de apreço e regozijo pelos vinte e cinco anos de existência do Grupo Zaatam, e pela excelência da recolha e divulgação da música popular do concelho. Parabéns, Zaatam!

. Outros assuntos:

1-PAPEL DA ANAFRE:

Como Subcoordenador da Distrital de Viseu, começaria por lançar um apelo aos Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, no sentido de promoverem as diligências necessárias para que as Freguesias, ainda não aderentes, o efetuem, o mais depressa possível. Apenas e só com uma Associação Nacional de Freguesias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

forte, coesa, solidária, representativa, poderemos vingar as nossas ideias e fazer prevalecer os nossos interesses. Assim tem sido com a associação nacional de municípios portugueses.

Gostaria de lembrar que a ANAFRE tem lutado pelas freguesias, obtendo mais valias importantes.

Entre essas conquistas, os meios-tempos, no mínimo, para todos os presidentes de junta. Muitos presidentes nem a meio-tempo estavam. Hoje é possível, no mínimo, o presidente de junta estar a meio-tempo, independentemente da dimensão da freguesia.

Por outro lado, o protocolo com os CTT que permitiu que as freguesias tenham hoje uma contribuição, da parte dos Correios, para o exercício desse serviço muito mais justa do que antigamente. Hoje, os CTT pagam o serviço que as freguesias prestam.

Muito importante foram os 2,5% na participação das freguesias nos impostos do Estado, ou seja, no fundo de financiamento de freguesias.

Foi conseguida, também, a devolução às freguesias do remanescente do fundo de financiamento das freguesias. Havia uma parte que não era atribuída e que ficava depois no Orçamento Geral do Estado. Agora o valor que sobra é atribuído às freguesias, sobretudo às de baixa densidade populacional, como está a acontecer desde há dois anos. E o orçamento das freguesias para 2024 já contemplará uma substancial subida da receita.

Por tudo o que referi, solicito que, como membro do conselho diretivo da distrital de Viseu, promovam as diligências necessárias para aderirem à associação. Seria justo, no nosso entendimento.

2- ATRIBUIÇÃO DE FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO:

A Câmara Municipal de Sátão aprovou a atribuição de subsídios para apoio à criação de projetos musicais. Acresce que a Junta de Freguesia de Sátão tem trabalhado para criar, analogamente, um projeto de uma banda filarmónica/orquestra dos tempos modernos, com abrangência alargada, mas consubstanciada nas memórias musicais cedidas pelo Senhor Cónego Martins de Sousa.

Em 19 de setembro deste ano, a Freguesia solicitou à Câmara Municipal um apoio financeiro para ajudar a custear despesas inerentes ao projeto, com dotação orçamental minuciosa e escalpelizada, nomeadamente relativa a instrumentos musicais, acessórios, estantes de partitura e investimento em profissionais, maestro e professor de cordas e canto coral.

Este projeto cultural tem como finalidade perpetuar a memória do Cónego Albano Martins de Sousa, figura ímpar do panorama cultural da freguesia e do concelho. Igualmente, facultar o acesso à arte e colmatar a situação de marginalização cultural que atualmente existe na região.

Essa concessão de apoio financeiro, por via de subsídio, de forma a permitir a implementação desta mais-valia capital para a atividade da nossa freguesia e concelho baseava-se legalmente na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente no seu Artigo 33.º, competências materiais, alínea p) deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas.

Contudo, a Câmara Municipal entendeu não atribuir qualquer subsídio a esta filarmónica, algo injusto, no nosso entendimento. Inclusivamente tão injusto quanto a debilidade das sustentações.

Em ata camarária de 19 de outubro, consta que o Senhor Presidente, a convite, esteve presente numa reunião, cujo tema era a criação de uma Banda Filarmónica, onde também estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, uma Sr.ª de Afonsim e outra pessoa da qual não se lembra, tendo sido o nome da tal Banda, o centro da discussão. Em ocasião alguma estive presente numa reunião deste teor, Senhor Presidente. A única reunião na qual foi tratado este tema teve lugar no seu gabinete, na presença do secretário da junta, na qual foi afluída a vantagem da filarmónica nascer da iniciativa de uma associação, facto declinado pelo presidente da associação contactada.

Seguidamente, alega que já existe uma Associação que tem como finalidade a criação de uma Banda Filarmónica do Concelho, a qual já foi apoiada; alega, também, que se financiar uma Junta de Freguesia para esse efeito, terá mais oito Juntas de Freguesia a solicita o mesmo e, como tal, opta pela não atribuição de qualquer subsídio para a criação de uma outra Banda Filarmónica do Concelho.

Mais uma vez, no nosso entendimento, são confundidas duas realidades completamente distintas: atribuição de subsídios às freguesias para prossecução de contratos interadministrativos e, outra realidade, subsídios para desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas. Outros projetos estão em andamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

em outras freguesias, projetos esses que foram contemplados com verbas camarárias. Assim, não foram comparadas freguesias.

Solicitamos que o executivo camarário repense, em nome deste projeto inovador. Determinados senhores vereadores repensem, igualmente, o sentido de voto, principalmente os vereadores afetos à cultura ou eleitos em representatividade do Sátão.

No próximo domingo, dia 17 de dezembro, às 16 horas, na Igreja de Santa Maria, efetuaremos uma primeira apresentação, com prevalência de composições natalícias, apresentação para a qual estão, desde já, convidados.

3- ATIVIDADE “1º TRAIL DO TRABULO”

Pela forma como decorreu o “1º Trail do trabulo” no passado dia 6 de novembro de 2023, dar os parabéns à organização do Município de Sátão e às entidades que colaboraram na organização. Mais de 800 atletas participaram neste evento desportivo, que pontuou para o Circuito Nacional de Trail, evento que deve ter continuidade.

4- PORTARIA 112/2023

No passado dia 27 de abril, foi publicada a Portaria 112/2023, portaria que aprova o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local.

Às autarquias locais, entidades intermunicipais e associações de municípios e de freguesias de fins específicos é exigida a entrega de documentos e agregações, isto é, uma gestão da informação ou serviço de arquivo da entidade.

Questionamos se a Câmara Municipal, à semelhança de outras autarquias, já programou ou planeou alguma operacionalização deste arquivo e se, caso o tenha projetado, se pretende incluir esse processo de gestão de informação as freguesias do concelho?

Seria uma mais-valia para as freguesias garantir a operacionalização da avaliação, seleção e eliminação da documentação produzida, bem como viabilizar o descongestionamento dos serviços produtores e de arquivo, enquanto garante de direitos e de deveres e na preservação da memória coletiva.

Relembramos que a produção de auto de eliminação, a prova jurídica do abate patrimonial, a validação do auto de eliminação e a remessa do auto de eliminação à DGLAB, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, serão tarefas quase incomportáveis para as freguesias, pelo que a colaboração do município seria fulcral.

5- CICLOVIA

Todos sabemos que está em fase de implantação de uma ciclovia na entrada principal da vila. Todos sabemos que este projeto apenas seria contemplado por fundos relativos ao Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável caso fosse implantado em zonas urbanas. Vários municípios o fizeram, mas alguns aproveitaram de forma sustentada. No nosso entendimento, não foi o caso do nosso município. Esta ciclovia assim projetada dificulta a transitabilidade automóvel. Por um lado, protege a vida dos poucos ciclistas que a usarão, mas, com sinceridade, os pilaretes de segurança são uma atrocidade visual. Poderiam e deviam ser substituídos por projetores de chão. Por outro lado, reduziu substancialmente a dimensão horizontal da entrada principal da nossa vila, uma entrada outrora airosa, aprazível, espaçosa. Dois veículos com maiores dimensões têm dificuldade de circulação sobretudo nas entradas e saídas das rotundas, pelo que sugerimos que este projeto seja reavaliado e alterado.

Obrigado.»

Ricardo Almeida: Começando por cumprimentar todos os presentes, teve a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é sobre a obra de alargamento e requalificação da Ponte do Vouga.

Não vou falar sobre aspetos técnicos e sobre a solução que ali está a ser implementada, mas sim sobre o seu planeamento da obra.

Esta obra é diferente das outras, mexer numa passagem que é crucial para a mobilidade das pessoas do norte do concelho deveria ter sido feito com um planeamento e preparação da obra.

Devia ter feito, pois analisando os acontecimentos é impossível que este executivo venha dizer que fez preparação da obra.

Planeamento e preparação na ótica de preparar alternativas que minimizassem o impacto na vida das pessoas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Uma obra publicitada nas últimas eleições, 2021, a 2 anos, anunciada na comunicação social em abril onde ainda aí foi anunciada uma preparação de uma alternativa para os ligeiros que apenas iam fazer +800m de estrada, que alternativa se referia? Aos Meruges? Um caminho de terra? Onde passa apenas 1 carro? Que quando chove vários dias fica inundado? Surpreende-lhe chover no Inverno? Enfim...

Atrasou de abril ate outubro (6meses depois) e vejamos agora a atualidade:

Até a Junta de freguesia de ferreira de aves muito provavelmente foi apanhada também desprevenida, pois na alternativa mais cómica desta história, ate a limpeza dos caminhos foi feita depois do encerramento de outubro.

A alternativa mais cómica desta história, a alternativa Meruges, bem, vejamos se esta alternativa cómica tem alguma coisa de engraçada, nos primeiros 15 dias:

- Ia morrendo um jovem no rio, devido ao jipe ser arrastado para o rio*
- 1 carro rebocado, preso na água que alagava a estrada*
- Sinais de transito de proibido colocados a medo, do mais pequeno possível só para salvaguardar a camara.*
- Ao fim dos 15 dias, a camara colocou sinais de proibida passagem maiores, ou seja, considero-a oficialmente fechada esta alternativa.*

Depois desta alternativa resta a alternativa Decermilo que, com a sobrecarga de transito, desde outubro já houve 2 acidentes, um deles ainda esta semana...

Que alternativa desastrosa e perigosa para as pessoas. Quanto vale a vida de uma pessoa?

Falou-se de outras alternativas, ponte militar? Qual a razão de não ter avançado? Que valores estavam em cima da mesa?

Um esclarecimento quanto à alternativa de Meruges, como os 2 sabemos, mesmo com os sinais de proibido o carro do presidente de camara com o senhor presidente ao volante, continua a passar lá, afinal está aberta ou não? É seguro passar nesta alternativa ou não?

Qual a previsão para voltar a abrir ao trânsito a Ponte de Vouga?

Deixo-vos apenas alguns números: na alternativa Decermilo, uma pessoa como eu, Lamas-Sátão, são mais 5,4km, ida e volta = 10,8km x 1,75€ média entre gasóleo/gasolina = 1,42€/dia, x 30dias são 42,5€/por mês. Assim, ao fim do mês, Sr. Presidente, estou a pagar 40€ a mais, só por causa da sua obra, que a planeou terrivelmente mal.

Obrigado.»

Rui Silva: Após os habituais cumprimentos, iniciou a sua invenção dando os parabéns pelo "1º Trail do Trábulu", no qual, apesar de se ter inscrito, não pôde participar. No entanto já teve vários *feedbacks* muito positivos relativamente à organização. De seguida, em tom de brincadeira, parabenizou o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela iluminação natalícia do Eucalipto de Contige, a qual não existia. Quanto à Feira do Míscaru, disse que considerava aquela Feira feia e fria, faltando-lhe algo, talvez seja a falta do Pavilhão para que se os produtores concelhios possam expor os seus produtos de uma forma mais apelativa, tornando a dita Feira mais aprazível. Sugeriu que o Festival da Sopa que se realizava no Verão, passasse a ser integrado na Feira do Míscaru e este Evento se dilatasse por dois dias, prevendo assim um aumento de visitantes. Em relação à Ciclovía, referiu que, na sua opinião, embora concorde com a colocação dos pinos, por uma questão de segurança, parecia-lhe que o espaço era curto e, por essa razão, sugeriu que se retirasse o passeio do outro lado, aumentando assim o espaço de circulação das viaturas. Ainda sobre este assunto disse que a entrada e saída das crianças da EB1 de e para os Transportes Coletivos deveria efetuar-se pela parte de trás do edifício escolar e não pela frente, como acontece, evitando, desta forma, congestionamentos de trânsito naquela via. Relativamente à Estrada de Samorim para Vila Cova, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se sempre arrancaria em 2024, como tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

falado. Terminou a sua intervenção questionando se havia alguma resposta para o problema da água de consumo humano que se verificava no concelho.

Carlos Rodrigues: Depois de cumprimentar os presentes, disse que vinha ali para fazer uma proposta de um Voto de Louvor a Alexandre Manuel Penetra Correia, pela sua excelente participação na representação da Seleção Nacional, na Campanha do Campeonato Europeu de Futebol de Sub 21, que se realizou na Geórgia e Roménia em junho e julho de 2023.

“VOTO DE LOUVOR:

Alexandre Manuel Penetra Correia, conhecido no mundo de Futebol por Alexandre Penetra, nasceu em Contige, Freguesia e Concelho de Sátão, a 9 de setembro de 2001.

Desde cedo mostrou o seu gosto pelo Futebol e pelo desporto, representando vários clubes da região e foi transferido para os Escalões Jovens do Benfica, sendo Capitão nos vários Escalões onde jogou.

Alexandre Penetra é, pela sua humildade, empenho e dedicação, um exemplo para todos os Jovens Satenses e para todos nós.

Representou as Seleções Nacionais nos vários Escalões Jovens.

Recentemente representou, e de forma destacada e exemplar, a Seleção Nacional de Sub 21 no Campeonato da Europa, elevando o nome e orgulho do Sátão além-fronteiras.

Esta proposta reflete o apreço de uma Comunidade pelo contributo para o Desporto e orgulho local.”

Terminou a sua intervenção reiterando que, pelo acima exposto, propunha um Voto de Louvor a Alexandre Penetra, solicitando que do mesmo fosse dado conhecimento ao Atleta, bem como à sua Família.

Presidente da Assembleia: Retomou a palavra dizendo que antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos Srs. Deputados, iria colocar à votação, os Votos de Pesar e de Louvor apresentados.

Relativamente ao Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Fernandinho, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, não havendo ninguém para intervir, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Em relação ao Voto de Louvor ao jovem futebolista, Alexandre Penetra, proposto pelo Sr. Deputado Carlos Rodrigues, não havendo também ninguém para intervir, foi colocado à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Efetuada as votações, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal determinou que fosse dado conhecimento dos Votos em questão às respetivas famílias.

Seguidamente, continuou a sua intervenção e, respondendo ao Sr. Deputado Marco Girão, relativamente à Petição, disse que não era fácil à Assembleia Municipal, com os meios de que dispõe, verificar todos os Cartões de Cidadão, bem como os dados a eles associados. No entanto, não sendo essa situação impeditiva para a aceitação da Petição, embora se constatasse, sem qualquer análise exaustiva, que, na listagem de peticionários, apareciam nomes e números de CC repetidos e/ou duplicados.

De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por abordar o voto de louvor proposto pelo Deputado Carlos Rodrigues, dizendo que desconhecia completamente a situação, mas perante a descrição do Sr. Deputado, considerava merecido o Voto de Louvor proposto. Respondendo ao Sr. Deputado Rui Silva disse que, em relação à Ciclovía, eram praticamente da mesma opinião, divergindo num ou outro ponto. Quanto ao facto de não terem colocado iluminação no Eucalipto de Contige, informou que, por força da Lei, foi efetuado o inventário de todo o arvoredo público do Concelho, tendo chegado à conclusão de que o Concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

tinha um total de 4.112 registos. Na conclusão desse inventário consta que existem alguns exemplares que careciam de um estudo mais pormenorizado, através da colocação de um *scâner* específico, para verificação da “saúde” interna, pois apresentavam alguns alertas relativamente ao seu estado. Assim sendo, e como o Eucalipto é uma das árvores que necessita dessa verificação, desconhecendo-se o seu estado, o Executivo achou por bem não o sujeitar a certas e determinadas agressões ao ser colocada a iluminação de Natal. Comprometeu-se que, caso o Eucalipto esteja saudável interiormente e se não necessitar de nenhum tipo de intervenção para a sua preservação, na época Natalícia de 2024 o Eucalipto será uma Árvore de Natal.

No que diz respeito à obra da Ponte do Vouga, respondendo ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, disse que a necessidade de intervenção naquela Ponte, não era apenas em relação ao seu alargamento, mas também ao reforço das suas fundações, uma vez que uma parte desta ameaçava desabar. A opção de se intervir ali prendeu-se essencialmente pelo facto de ameaçar ruir. Então, já que tinham de fazer obras, como a ponte era estreita, proceder-se-ia também ao seu alargamento. Em relação ao *timing* de execução, foi decidido ser no Inverno, depois de auscultada grande parte da população local, porque no Verão, com a afluência dos Emigrantes, haveria muito prejuízo para o comércio e muitos constrangimentos pois nessa altura o trânsito é imenso. Quanto à ou às soluções apresentadas para desvio do trânsito durante as obras, foram aquelas que julgavam servir melhor os utilizadores daquele troço e, como seria de esperar, eram temporárias, sendo a alternativa lógica a de Decermilo; a outra era só para quem lá quisesse passar, estando devidamente sinalizada. É verdade que se cogitou a possibilidade de uma outra alternativa que passava pela colocação de uma ponte Militar, mas essa hipótese foi abandonada devido aos elevados custos. Terminou este assunto reiterando que a principal razão que levou à Requalificação da Ponte do Vouga foi o risco de esta aluir e que a execução da mesma tinha sido objeto de muito estudo e muito planeamento.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sátão e relativamente ao Arquivo documental, disse que esse seria um assunto a estudar. Quanto à Ciclovia, começou por fazer uma referência a todas as obras avultadas que realizou na Vila, as quais foram muito criticadas antes de serem executadas e, atualmente, são consideradas de extrema importância, dando como exemplo a obra do Cemitério e a obra Requalificação da Rua Hilário Almeida Pereira. Depois disse que Mobilidade Suave significa circular a baixa velocidade, isto é, na zona urbana respeitam-se os peões e, na Rua em causa, embora já tenha sido colocada uma lombagem junto à Escola EB 1, continuavam a circular a velocidades acima do permitido e indicado para aquele local; assim talvez respeitassem a sinalização. Disse ainda que a via de circulação automóvel fica com largura de 6 metros, suficiente para o trânsito fluir nos dois sentidos. E quanto aos pinos ou pilaretes, era uma questão de segurança para os ciclistas ou utilizadores da Ciclovia. No que concerne aos subsídios para os grupos musicais, admitindo que poderia estar confundido, reiterou que em tempos o Sr. Presidente da Junta acompanhado pelo Sr. Alberto, tinham vindo falar com ele sobre a criação de uma Filarmónica. Neste seguimento, algumas das pessoas que também lhe tinham falado e participavam na constituição da dita Filarmónica, apresentaram um requerimento solicitando um subsídio. Assim, depois de discutido o assunto em reunião de Câmara, foi deferida a pretensão dos requerentes, tendo sido aprovada a atribuição de um subsídio, como forma de apoio na aquisição de instrumentos musicais. Se, entretanto, houve divisões no grupo, essa era uma situação que o ultrapassava, e com a qual nada tinha a ver. Terminou este assunto dizendo que ao propor a atribuição do aludido subsídio, supunha que se tratava da mesma Filarmónica.

Respondeu ao Sr. Deputado Gonçalo Magalhães, começando por dizer que achava uma certa piada à intervenção, mais concretamente no que tinha a ver com o assunto dos Mirtilos. Passando a explicar porque achava piada, informou que há algum tempo tinha sido abordado por produtores de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Mirtilos sobre a possibilidade de realização desse Evento, tendo-lhes respondido prontamente que sim, que era possível e que a Câmara Municipal estava disponível para o que fosse necessário, ficando assim de voltarem a falar sobre o assunto. Mais tarde, um desses produtores, voltou a abordá-lo questionando-o sobre a capacidade (espaço) que o Sátão dispunha para acolher os participantes, tendo-lhe sido respondido que o máximo era o Cineteatro, com capacidade para 220 pessoas, e que a Câmara apoiava a iniciativa. No entanto, e apesar de toda a abertura, até à presente data, ninguém disse nada. Finalizou dizendo que se o Evento não foi realizado no Sátão, não foi por culpa do Presidente ou do Executivo, mas sim por culpa, ou falta de vontade, dos Srs. Produtores de Mirtilo.

Deu resposta à Sr^a Deputada Sandra Cravo dizendo que, em relação à operação Gota d'água e ao problema da água, assunto do qual se fez um "Cinema" nas redes sociais, iria restringir-se à parte política da situação. Em relação à parte técnica, tinha chamado o Técnico do Município, Sr. Eng^o Fernando Morais, para que elucidasse os presentes com a explicação do que realmente se passou. No entanto, antes de continuar com a abordagem política do tema, agradeceu aos Srs. Depurados Gonçalo Magalhães e Marco Girão pela preocupação que demonstraram com o seu estado de saúde, informando-os que, para além de se sentir bem, tudo estava a correr normalmente, tanto o pós-operatório como a recuperação. Dito isto, voltando ao tema da água, disse que como todos agora sabiam, o Laboratório LRTM andava a ser investigado, situação que o Município desconhecia até à visita da Polícia Judiciária e o assunto sair para a comunicação social. Começando pelo princípio, referiu que acerca de um mês e meio, a Câmara Municipal tinha rececionado um e-mail da Polícia Judiciária (PJ) de Vila Real, onde era solicitada informação sobre quais os Trabalhadores que estavam adstritos ao serviço de águas e quais as suas funções. O Município respondeu prontamente. Passados 15 dias, um Sr. Inspetor da PJ, volta a efetuar o mesmo pedido. Como já tinha sido dada a informação novamente requerida, ele próprio ligou ao Sr. Inspetor, comunicando-lhe que já tinham enviado os dados solicitados a uma colega dele há dias atrás e, aproveitando a ocasião, questionou-o sobre se havia algum problema com a Câmara de Sátão, tendo-lhe sido respondido que *"não se preocupe, não tem nada de especial e não tem nada a ver consigo."* Perante aquela resposta, ficou tranquilo. No entanto, passados alguns dias, quando estava em casa a recuperar da cirurgia, a PJ veio à Câmara Municipal de Sátão interpelar sobretudo dois funcionários, pelo facto de estes terem tido contactos telefónicos, por questões de serviço, com a Diretora do Laboratório em causa, a qual estava sob escuta. Prestados todos os esclarecimentos por parte dos funcionários do Município, nada mais se passou a este respeito, tendo a situação morrido ali. Ressalvou que o que acabara de relatar era a verdade dos factos, todo o resto era pura verborreia.

Comunicou também que, na sequência desses acontecimentos, o Município rescindiu, por justa causa, o Contrato que tinha com esse Laboratório, o LRTM, que tinha duração até final de 2024, efetuado um contrato com outro Laboratório até final do ano de 2023, tendo já procedido à abertura de Concurso Público para nova contratualização dos serviços.

Relativamente á qualidade da água, referiu que, apesar de se verificarem alguns incumprimentos, solucionados com prontidão, não está posta em causa.

Terminou este assunto solicitando permissão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que, caso a Mesa e a Assembleia pretendam, o Sr. Eng^o Fernando Morais use da palavra a fim de esclarecer tudo o que acabou de relatar.

Por fim, respondeu ao Sr. Deputado Marco Girão, dizendo que estava à disposição da Justiça, quando esta o quisesse interpelar. Até à presente data, ainda ninguém o chamou ao Processo. Na certeza de que irá ser chamado, referiu que estava perfeitamente aberto a prestar declarações. Disse ainda que o Sr. Deputado voltou a repetir ali puras mentiras que alguém proferiu, mas isso era uma questão que irão analisar. Reiterou que, embora o Processo Disciplinar estivesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

encerrado, ainda decorria um processo no Ministério Público e, por essa razão, pronunciar-se-ia quando o Tribunal o chamasse. De outra forma, aguarda até ao final.

Presidente da Assembleia: Referiu que aquele assunto era muito importante nos dois aspetos, não só relativamente à água, mas também em relação aos técnicos do Município, porque se têm culpa terão que a assumir, mas também têm direito à defesa que, sobretudo neste caso, esclarecer as situações da melhor forma possível. Questionando a Assembleia sobre se alguém se opunha a que o Sr. Engº Fernando Morais prestasse todos os esclarecimentos sobre o sucedido, ao que ninguém se opôs, manifestou a sua revolta pela atuação da PJ perante os trabalhadores do Município que vieram questionar. Em relação ao Engº Morais, este teve outras possibilidades e impôs-se com os senhores da Judiciária e não teve problemas de transporte, mas o que aconteceu com o Luís, que é o funcionário do Município que desempenha funções no serviço das ETARs, foi surreal, pois foi levado para Mirandela para ser inquirido, e no final, sem telemóvel nem quaisquer meios, mandam-no embora e ele que se desenrascasse quanto ao seu regresso. Classificou de repugnante aquele procedimento da PJ.

De seguida deu a palavra ao Sr. Engº Fernando Morais, Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento Local, do Município.

Engº Fernando Morais: Começando por dizer que não estava presente aquando da colocação das questões, no entanto iria abordar duas situações distintas: operação Gota d'água e Qualidade da Água.

➤ Operação "Gota d'água"

No âmbito desta Operação, da qual não fazia a mínima ideia, soube às 17h desse dia, o porquê de ter sido sujeito a buscas domiciliárias no âmbito da investigação que estava a decorrer sobre o Laboratório Regional de Trás-os-Montes (LRTM).

Tendo ficado deveras surpreendido, disse aos Srs. Inspectores que, relativamente a esse assunto, estranhou que às 7h da manhã, tivesse sido acordado "docemente" por 5 inspetores da judiciária, que lhe batiam à porta com alguma violência e o tivessem sujeitado e à sua família àquela invasão. Depois de uma explanação do acontecido, disse que era inqualificável todo aquele aparato e invasão violentadora da intimidade familiar para apenas às 17h, quando chegou ao Tribunal, já em Mirandela, ficar a saber a razão de estar ali, de ser inquirido. Essa razão teve a ver unicamente com um telefonema que fez à Diretora Técnica do aludido Laboratório, no dia 14-02-2023, a solicitar uma segunda via do Boletim com os resultados da Análise de Verificação ou Contra-Análise de um incumprimento verificado a 24-10-2022.

Terminou esta explicação referindo que teve oportunidade de dizer à Srª Procuradora que achava injustificável e completamente desproporcional, os meios que utilizaram para o poderem ouvir em algo que poderia ter explicado, documentalmente, em 5 minutos, ou até em menos tempo. Disse ainda que, em relação à Câmara Municipal de Sátão, nada se passava e nada tinha a ver com aquela investigação, tendo ficado tudo bem esclarecido.

➤ Qualidade da água

Para um esclarecimento cabal relativamente ao Controlo e Qualidade da Água, explicou detalhadamente todo os procedimentos para cumprimento do Programa de Controlo e Qualidade da Água (PCQA), bem como de todas as Entidades intervenientes: Entidade Gestora – CM Sátão; Entidade Reguladora – ERSAR; Laboratório que efetua as Análises.

Ainda relativamente à qualidade da água no Sátão, informou que o Município tinha vinte e sete Zonas de Abastecimento (ZA) para abastecer dez mil pessoas, tem uma taxa de cobertura de 99% - 100% do serviço de água, num território altamente disperso. Nestas condições, não lhe parecia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

que houvesse muitas situações semelhantes e muito menos iguais, em Portugal. Comparando com Viseu, por exemplo, que tinha apenas uma ZA para abastecer cem mil pessoas, ou com a EPAL, em Lisboa que, com uma ZA abastecia dois milhões de pessoas, disse ser mais fácil gerir só uma ZA, porque ali eram concentrados todos os meios (humanos, técnicos, financeiros...).

Disse ainda que, de facto, tem havido alguns problemas na qualidade da água, nomeadamente na ZA do Vouga, os quais, tecnicamente, tem esperança que estejam rapidamente resolvidos, pois está em conclusão uma Estação de Tratamento de Água (ETA) no Vouga, que vai ter um grau de tratamento substancialmente melhorado. Pretende-se com este investimento que as melhorias da qualidade da água sejam significativas.

A razão pela qual por vezes aparece uma cor acastanhada acontece sempre ligada a uma rotura ou numa interrupção no abastecimento a montante e, quando se reabre a conduta, a passagem da água provoca um arrastamento de algum depósito que exista nas condutas, o que continuará a acontecer sempre que tais situações se verifiquem.

Concluiu informando que a Câmara Municipal de Sátão era a Entidade Gestora da água em Alta e Baixa. Fazia a captação, adução e a distribuição. Isto é, faz o Ciclo todo da água.

Marco Girão: Agradeceu a explicação dada pelo Sr. Engº, dizendo que era a primeira vez que lhe falavam muito em concreto da situação, numa perspetiva mais técnica e mais realista da situação. Lamentando aquilo a que o Engº foi sujeito no âmbito da aludida investigação, disse que, se o “Cinema” no Facebook sobre a falta de qualidade da água serviu para alguma coisa, foi para discutirem um real problema que existia no Concelho. E também se realmente contribuiu para a melhoria da qualidade da água e para a tomada de decisões no sentido de que estas situações não voltem a acontecer, já foi tudo dito.

Carlos Rodrigues: Agradecendo também os esclarecimentos do Sr. Engº Morais, disse que estavam ali para fazer uma avaliação política e não a técnica, até porque, a maior parte das vezes, não a dominavam. Neste sentido a questão era a seguinte: foi referido que tinham problemas na água e que o Município tinha 27 Zonas de Abastecimento (ZA). Então teriam de ser feitas, pelo menos, 27 análises, o que seria uma gestão complicada. Mas também foi referido que havia problemas na qualidade da água, e também na captação do Vouga. Na sua opinião, esses problemas advinham de decisões políticas que foram tomadas ao longo de muitos anos pelas mesmas pessoas e a responsabilidade, política, têm-na essas pessoas. Disse ainda que, depois daquela situação ter surgido, há já uns dias, quando foi buscar o filho às Piscinas Municipais, viu lá uma Aviso a dizer que havia água imprópria, situação que antes nunca tinha acontecido. Terminou fazendo o seguinte comentário: *“pelo menos, toda aquela situação, já serviu para alguma coisa”*.

Gonçalo Magalhães: Agradecendo a explicação formulou a seguinte questão: *“Podemos beber a água? A água é boa?”*

Engº Morais: O Programa de Controlo da Qualidade da Água, é elaborado, sujeito a uma periodicidade determinada por Lei, atualmente o Dec.-Lei nº 69/2023, de 21 de agosto.

Em resposta ao Deputado Carlos informou que o número de análises, no total das 27 Zonas de Abastecimento, ronda os 2.900 parâmetros, anualmente. Além disso existe um controlo que é feito pela Autoridade de Saúde. Estes dois controlos complementam-se. Relativamente à qualidade da água e se esta se pode beber ou não, disse que ele, sendo oriundo do Concelho do Sátão, vai praticamente todos os dias à Corujeira almoçar e bebe a água de lá. Alertou para o facto de, no Concelho, existirem entidades que nos pontos de entrega, concretamente à entrada dos edifícios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

possuem reservatórios internos. Nesses casos, o Município não pode ser responsabilizado pelo que acontece a partir desse ponto de entrega. Terminou comunicando que estavam a desenvolver uma Campanha no sentido de dissuadir essas entidades do uso dos reservatórios, alertando-os para os riscos inerentes à situação das águas paradas, desconhecendo-se em que condições.

Sandra Cravo: Dizendo que tinha sido ela quem levantou as questões, agradeceu as explicações. De seguida referiu que, sendo Enfermeira no Centro de Saúde de Sátão, tiveram conhecimento que, há bem pouco tempo, tinham sido registados incumprimentos ao nível do Arsénio e da E-coli na água daquele edifício. Por essa razão, estavam proibidos, pela Autoridade de Saúde, de utilizar a água do Centro de Saúde, encontrando-se a Câmara Municipal a abastecê-los, com garrações de água, para que possam ter água para beber. Pelo descrito, questionou o Sr. Engº Morais sobre os procedimentos em relação aos incumprimentos, qual era a solução e para quando estava prevista a conclusão da ETA, uma vez que parecia ser essa a resolução do problema.

Engº Morais: Relativamente à Escherichia coli (E-coli), que é uma questão microbiológica, o tratamento é com desinfecção. Em relação ao Arsénio, que é um parâmetro químico, só há duas formas de o resolver: ou por diluição, ou por abandono da captação. O Município de Sátão opta pela solução da diluição. Terminou referindo que, no momento já não se verificava o incumprimento de Arsénio no Centro de Saúde, como determinaram as Análises de Verificação ou Contra-Análises.

Presidente da Assembleia: Deu a palavra aos Srs. Deputados para que, no seguimento das suas intervenções para as quais se inscreveram, pretendam responder e/ou solicitar mais esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre os assuntos que expuseram.

Ricardo Almeida:

«Pegando nas suas respostas, agradecendo a sua explicação, eu desde logo disse que a solução que está lá a ser implementada e as razões pela obra estar a ser feita, concordo com elas e aí não estamos em desacordo. Onde estamos em desacordo é que pelos censos 2021, a trabalhar fora da freguesia de Ferreira de Aves, Águas Boas e Forles são 450 pessoas; por mês essas pessoas gastam 19 136€, só em combustível:

95 681 €	por 5 meses (até março)
----------	-------------------------

Valores só pessoais com ligeiros, os pesados os números são mais assustadores.

Quando se analisa uma obra, tem de se contemplar a obra completa, estas despesas de preparação também têm de ser incluídas na decisão de uma obra.

Assim, e como “até ao lavar dos cestos é vindima”, a obra não custa 430.000€, custa 400 mais os cento e tal para conseguirmos fazer a obra como deve ser, porque também é obra.

Ficava caro para a camara pagar a ponte militar de 70mil euros mais acessos, mas as pessoas vão pagar com o seu dinheiro essa obra que o Sr. não quis fazer.»

Presidente da Junta de Freguesia de Sátão: Disse que só ia fazer uns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, porque, em nome da verdade, não se podia calar. Em primeiro lugar, em relação à reunião que o Sr. Presidente alegou ter tido com eles, disse e esta não aconteceu, por isso não era verdade esse aspeto em que se baseou para a sua explicação. Em segundo lugar, o ter dito que para dar a uma Junta tinha que dar às outras, também não era verdade, porque não se estava a falar de contratos Interadministrativos, mas sim de apoio de natureza cultural. Em terceiro lugar, em relação à alegação do Sr. Presidente de não ter dinheiro para ajudar duas Filarmónicas, disse que eles não eram uma Filarmónica, mas sim uma Orquestra. Disse ainda que a responsabilidade que o Sr. Presidente tinha em essa equipa inicial ter saído da Junta de Freguesia de Sátão para outro projeto era a mesma que ele tinha. Referiu também que essa equipa que criou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

a Filarmónica que o Sr. Presidente custeou com 17.000,00€, já não era a mesma que a dirigia atualmente. Mencionando que concordava com a expressão do Sr. Presidente, de que *“a política é um exercício do possível”*, lamenta ter sido possível para outros projetos musicais, exceto para aquele. Relativamente à Ciclovia, referiu que embora não seja Engenheiro tinha olhos para ver e, se o Sr. Presidente entendia que a Ciclovia era uma mais valia para a entrada na Vila de Sátão, tinha todo o direito, mas ele também tinha todo o direito de ali exercer o contraditório, devendo o Sr. Presidente ter a capacidade de ouvir e, dentro do possível, ouvir as pessoas e decidir em conformidade. Terminou dizendo o seguinte: *“Não somos donos da verdade. Devemos ouvir, analisar e, se por vezes reformularmos planos iniciais, estamos a dar uma imagem clara de inteligência e não de intransigências, que por vezes não levam a lado nenhum”*.

Marco Girão:

«Senhor Presidente,

Ouvi com atenção o que disse.

Depois de ter caracterizado a minha intervenção de 22 de junho sobre o assédio sexual e moral como “verborreia autêntica” e tendo em conta os factos já apurados, que hoje são do conhecimento público, penso que as suas justificações sobre esta matéria deixam muito a desejar.

O senhor presidente esteve muito mal, geriu de forma desastrosa este assunto e foi a sua postura, e não a minha, que manchou de forma indelével o bom nome da autarquia e dos satenses.

Muito obrigado.»

Presidente da Câmara: Em relação ao problema da Ponte, abordado pelo Deputado Ricardo Almeida, disse que já tinha explicado que a Ponte não iria custar 430.000€, pois iria muito para cima dos 600.000€ e, quanto aos desvios e alternativas, eram sacrifícios que todos teriam que fazer durante o tempo de realização da obra, se não queriam deixar a Ponte cair. Relativamente às declarações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão a respeito da Ciclovia, reiterou que no seu entendimento, daquela forma estava correto para melhor proteger os peões. Em relação ao assunto da Filarmónica e/ou Orquestra disse ao Sr. Presidente da Junta que ele e os outros senhores tinham planeado uma Orquestra e vieram (ele e o outro membro daquela Junta de Freguesia) falar-lhe do assunto. Então, propôs a atribuição do dito subsídio, convicto que era para a mesma Orquestra. Quanto ao ter dito que atribuindo um subsídio a uma Junta de Freguesia para esse efeito, teria que também “dar” a todas as outras, disse-o porque não tem outra forma de atribuir subsídios às Juntas de Freguesia, a não ser através da alínea j). Dizendo que, como alguém havia falado ali a respeito de outro assunto, as coisas deveriam ser planeadas e, se tivessem planeado bem, provavelmente não estariam ali a discutir aquele assunto, terminou comunicando que a Câmara Municipal atribuiu o subsídio que deveria atribuir para a criação de uma Orquestra no Sátão. A respeito do que proferiu o Sr. Deputado Marco Girão, respondeu reiterando que 90% do que o Sr. Deputado tinha ali dito sobre o assunto do assédio, a primeira vez que o abordou, era pura verborreia e que o assunto ainda ia a meio. Quanto ao assunto da água, disse que o Sr. Deputado se socorreu da situação para a usar politicamente, mas não era verdade que tinha servido para *“a tomada de decisões”*, pois a obra da ETA já estava em construção há muito tempo.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, prosseguiu os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Referindo mais uma vez que aquele assunto era para conhecimento daquela Assembleia, e que tinha a ver com a movimentação de verbas relacionadas com compromissos plurianuais, descritos na informação que todos receberam, disse que, embora pudessem estar esclarecidos porque a informação prestada não oferecia quaisquer dívidas, encontrava-se presente a Dr^a Susana Pinto, Técnica Superior da Unidade Financeira, que prestaria todos os esclarecimentos que julgassem necessários. Neste seguimento, colocou o ponto três da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo o período de inscrições para esclarecimentos.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Como ninguém se inscreveu, deu continuidade à sessão, passando ao ponto seguinte.

4. Declaração de incompatibilidades – Informação do Sr. Vereador Carlos Alberto Pereira de Sousa (nº 1, do artº 3º, da Lei nº 29/87, de 30 de junho).

Presidente da Assembleia: Introduziu o assunto informando que sempre que havia eleições e era eleito um Vereador, proveniente da Função Pública, que iria desempenhar funções em regime de permanência, havia necessidade de o comunicar. No entanto, como a Lei prevê, existe a hipótese de, mesmo em regime de permanência, continuar com determinados cargos não remunerados, que era o caso ali em análise, referente ao Sr. Vereador Carlos Sousa que, para além de desempenhar funções de Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Sátão, exercia o Cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão, como era do conhecimento de todos. Embora essa situação seja legal, deverá ser comunicada ao Tribunal Constitucional e também à Assembleia Municipal. Em devida altura, o Sr. Vereador efetuou essa comunicação ao Tribunal Constitucional. No entanto, por desconhecimento, não deu conhecimento à Assembleia Municipal. Interpelados pelo Tribunal de Contas sobre essa comunicação, o que estava ali em discussão era a necessidade de se enviar ao Tribunal de Contas, um comprovativo de que, naquela data foi dado conhecimento, à Assembleia Municipal de Sátão, da comunicação do Sr. Vereador (Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos). Posto isto, colocou o ponto quatro da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Carlos Rodrigues.

Carlos Rodrigues: Renovando os cumprimentos, disse que em relação à incompatibilidade que se colocava ali e de que todos tinham conhecimento e falando politicamente, todos sabiam que o Vereador Carlos era o Comandante do Bombeiros e que, como o Adjunto de Comando se despediu, de momento o único elemento do Comando disponível era o 2º Comandante. Assim sendo, se acontecer algo grave, ou uma catástrofe, não há ninguém para acorrer rapidamente, o que o deixava bastante preocupado, até porque desconhece-se se nas ocasiões onde é necessária a Proteção Civil, o Sr. Vereador, com a delegação da Proteção Civil, está nas ocasiões como Comandante ou como Vereador. Por uma questão de segurança, considera tal situação deveras preocupante. Referindo que daquilo que acabou de dizer, todos tinham conhecimento, revelou que desconhecia que o Sr. Vereador também fazia parte da Direção da Casa do Povo. Lamentando que estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

situações só tenham sido comunicadas praticamente dois anos após o início de funções, e atendo ao facto de durante este tempo terem sido atribuídos subsídios às mais diversas instituições, levantou a questão de que, sempre que era votada a atribuição de um subsídio a uma destas entidades, o Sr. Vereador se ausentava da sala, uma vez que tal situação culminava num conflito de interesses.

Presidente da Câmara: Respondeu que sempre que houve a atribuição de um subsídio a uma daquelas Entidades, o Sr. Vereador Carlos Sousa nunca tomou parte, nem na discussão, nem na votação, ausentou-se sempre, como poderão constatar nas Atas daquele órgão.

Presidente da Assembleia: Sobre a Declaração de Incompatibilidades – Informação do Sr. Vereador Carlos Alberto Pereira de Sousa (nº 1, do artº 3º, da Lei nº 29/87, de 30 de junho), datada de 24/11/2023, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Do comprovativo da informação prestada à Assembleia Municipal, relativamente ao assunto em título, o mesmo foi colocado à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Discussão e votação do Aditamento ao Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Concurso Público.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, e de o relacionar com o assunto que se segue, dizendo que o ponto 6 era um complemento do ponto 5, colocou o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começando por dizer que aquele assunto já tinha sido discutido na reunião de Assembleia Municipal de fevereiro, teve que voltar novamente porque houve uma alteração dos valores, uma diminuição de valores. Disse que aquela situação tinha a ver com o Concurso Público Internacional, relacionado com os Transportes Públicos, que ainda não tinha chegado ao fim. Até lá, para se regularizarem as alterações de valores, o assunto terá de ir sempre a reunião de Câmara e a reunião de Assembleia, de ano para ano.

Inscrições: Ninguém se inscreveu

Presidente da Assembleia: Não havendo intervenções, feita a discussão do Aditamento ao Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Concurso Público, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Aditamento ao Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Concurso Público, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Discussão e votação do Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Ano de 2024 – serviço público de transporte de passageiros.

Presidente da Assembleia: Embora tenha abordado este tema aquando da introdução do assunto anterior, colocou o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que aquele assunto surgia no seguimento do assunto apresentado anteriormente e que, como é referido em título e como o Concurso público Internacional ainda decorria, era necessário garantir o serviço público de transporte de passageiros, durante o ano de 2024, até à conclusão do referido Concurso Público.

Inscrições: Também não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão dos termos do Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências para o Ano de 2024 – serviço público de transporte de passageiros, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes vinte e nove (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros para o Ano de 2024, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Discussão e votação da Proposta de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Sátão.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto sete da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Embora já existisse um Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município, desde 2009, em virtude de alterações da legislação, foi necessário atualizá-lo. Perante a força da Lei, depois de consultadas todas as Divisões e Unidades do Município de Sátão, foram elaboradas as devidas alterações e, para que possa vigorar, cumprindo os trâmites legais, o aludido Plano de Prevenção, vinha ali com o intuito de ser aprovado, como foi na reunião de Câmara Municipal.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da Proposta de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Sátão, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Sátão, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Discussão e votação da Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2024 a 2028) - ano financeiro 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto oito da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Uma vez que todos os presentes tinham uma cópia do documento em apreciação e discussão, do Plano e Orçamento, iria ser breve. Fazendo uma rápida referência aos valores globais do Orçamento para 2024, destacou as seguintes grandes obras: Requalificação da Escola Secundária Frei Rosa Viterbo; Remodelação do Centro de Saúde de Sátão; 1º Direito e Reabilitação da Habitação Social; Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário; Sátão + acessos (Largo do Mártir São Sebastião e Praça Pulo VI); A Unidade de Execução (Loteamento da Vila de Igreja); Construção da piscina exterior na Praia Fluvial do Trabulo. Relativamente aos objetivos estratégicos disse que seriam: apostar em projetos de investimento que assegurem um desenvolvimento sustentável do Concelho, garantindo melhores condições de vida aos seus habitantes. Também fez uma breve alusão ao que tinha sido feito nas mais diversas áreas. Terminou dizendo que não tinha mais nada a apresentar, sujeitando-se às perguntas dos Srs. Deputados, e que a Srª Drª Susana Pinto iria explicar tecnicamente o que estava explanado no Documento e esclareceria as dúvidas que surgissem. Ele próprio dissiparia as de carácter político.

Drª Susana Pinto: Recorrendo à apresentação de quadros, gráficos e tabelas explicou técnica e sucintamente o documento em discussão efetuando uma explanação elucidativa no que diz respeito às verbas e rubricas inscritas no Plano e Orçamento para 2024.

Inscrições: Sandra Cravo; Tiago Rebelo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Sandra Cravo: Começando por dizer que queria ali enquadrar três temas que constavam nas Grandes Opções do Plano para 2024, Desporto, Cultura e Saúde, fez a seguinte intervenção:

«Antes de dar início à minha intervenção quero reforçar os parabéns ao município e aos seus funcionários pela organização do Trail do Trábulo. O feedback que obtive foi muito positivo. Para além do incentivo à prática do desporto veio também dar a conhecer um bocadinho mais do nosso concelho. Espera-se que seja o primeiro de muitos eventos dessa natureza. Quero deixar 2 sugestões de melhoria que me foram transmitidas: melhorar os prémios e melhorar as condições dos balneários para que todos os atletas após a prova possam tomar banho com água quente pois parece que acabou rapidamente.

Enquadrando esta parte do desporto com o orçamento e opções do plano para 2024, verifica se que se tem dado pouca ênfase a outras modalidades desportivas sem ser ao futebol. Financia-se com uma verba considerável os clubes de futebol do concelho, e ao que consta ainda vai ser aumentada essa verba para o ano, e não se apoia de forma equitativa outros clubes desportivos como por exemplo o clube de karaté Kuroobi que também tem atletas que poderiam levar o nome do Sátão além-fronteiras no âmbito das competições.

O Kuroobi é um clube desportivo sem fins lucrativos com cerca de 75 atletas. Tem participado em várias provas nacionais e regionais poderia ir além e participar em provas internacionais e não o fazem por falta de apoio financeiro.

Sendo o Kuroobi uma associação constituída como clube desportivo, com estatutos devidamente registados, tal como outras associações desportivas/clubes de futebol que recebem um forte apoio anual da câmara municipal, esclareça-me Sr. Presidente o motivo de haver tanto apoio para uns em detrimento de outros.

À semelhança do clube de karaté, pelo menos daquilo que tenho conhecimento, um dos clubes de futebol cobra mensalidade a todos os atletas das camadas jovens, e além disso pode usufruir das infraestruturas e comodidades do município sem pagar qualquer valor, o que não acontece com o clube de karaté que suporta todas as despesas inerentes ao seu funcionamento. Quero referir e quero que fique bem claro que nada tenho contra o facto dos clubes de futebol receberem esse apoio só acho lamentável e incompreensível essa diferença tão acentuada das verbas atribuídas entre as diferentes modalidades desportivas. Infelizmente parece que a prática desportiva no concelho de Sátão se resume a futebol não havendo incentivo ou apoio financeiro ou até estratégias de desenvolvimento à prática de outras modalidades desportivas.

No seguimento da análise e agora no âmbito cultural, creio que as atividades desenvolvidas e delineadas para o próximo ano são pouco inovadoras e muito repetitivas. Poderia fazer-se mais e de forma diferente para fomentar o desenvolvimento do turismo no nosso concelho. Por exemplo, nesta época natalícia as atividades programadas aqui na vila são poucas. A iluminação da vila está muito bonita pena não haver programas ou atividades como por exemplo a chegada do pai natal, espetáculos, teatros de rua, mercados de natal, de forma a dar mais vida à vila à semelhança do que foi feito no Castelo Ferreira Aves este ano. Aproveito para dar os parabéns à iniciativa. Por que não pensar no próximo ano em desenvolver um programa de atividades recorrendo à ajuda das associações do concelho, às escolas e aos parceiros da comunidade. Encantar crianças, famílias e quem nos visita o que já acontece nos concelhos vizinhos. Evitaria-se a deslocação dos nossos munícipes para outros locais e faria com que outras pessoas se deslocassem ao nosso concelho promovendo o crescimento da economia local.

Pegando agora na área da saúde, com os novos compromissos assumidos com a delegação de competências pelo município, além das obras contempladas no plano, desde já informo que será apresentado um projeto que aguarda autorização da comissão de ética da ARS Coimbra e que será pedido a sua apresentação nesta assembleia e que para a sua implementação será necessário o apoio da câmara municipal e das juntas de freguesia. Terá como principal objetivo a capacitação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

cuidadores informais de todos os utentes dependentes do concelho. Antecipo desde já esta informação para aquando a sua autorização seja apoiada a sua implementação. Muito há a fazer neste concelho na área da saúde para além das obras do edifício. Espera-se poder contar com o apoio do município para tal.

Falando agora dos recursos humanos, nomeadamente as AO da responsabilidade da camara municipal, está a decorrer o concurso para preenchimento de 1 vaga para AO para a UCSP e quero demonstrar algum desagrado por não constar no júri nenhum profissional da UCSP. Sei que não é obrigatório constar, mas penso que era possível e parece-me óbvio que os profissionais das instituições serão sempre os melhores conhecedores das capacidades/competências exigidas que um candidato deva possuir. Vão ser selecionados candidatos sem avaliação dos profissionais da UCSP, mas serão esses profissionais que terão que os formar e supervisionar o seu trabalho. Espero que tenham isso em conta para o próximo concurso e que pelo menos os profissionais sejam consultados. Para concluir, após uma análise geral ao orçamento e às opções do plano verifica-se que as opções mantêm-se em relação aos anos anteriores provocando estagnação, pouco ou nenhuma inovação e sem grande perspectiva de desenvolvimento.

Obrigada»

Presidente da Câmara: Começando pelo Desporto, disse que a Câmara apoiava os Clubes que tinham mais representatividade, sem deixar de apoiar também os outros, como por exemplo o Clube de Karaté *Kuroobi*, que mesmo antes de esse Clube passar a Associação, a Câmara Municipal atribuiu-lhe vários subsídios, até para apoio nas deslocações de Atletas ao Estrangeiro. Provavelmente a Sr^a Deputada estava mal informada. Em relação à Cultura, informou que continuavam com as Escolas de Teatro e de Ballet e que, recentemente formaram uma Escola de Acrobacia Aérea, a qual está a ter bastante adesão. Em relação ao Natal em Castelo, comunicou que o Município também apoiou o Evento, pelo facto de ser classificada como uma das Aldeias de Portugal. Quanto ao Natal no Sátão, iluminaram as Ruas e vão ver se para o próximo ano, será possível fazer mais alguma coisa, pois como tem vindo a dizer, *“a política é a arte do possível”*. Relativamente à Saúde e ao Projeto que virá à Câmara, disse que só se pronunciará depois de apreciado e analisado. No que diz respeito à questão da Assistente Operacional o Município estava a fazer aquilo com que se comprometeu até fins de janeiro, colocação de uma funcionária em cada uma das Extensões de Saúde (Avelal e Lamas), uma no Sátão e procedeu-se à abertura de procedimento concursal para preenchimento da vaga que existe no Centro de Saúde de Sátão. Quanto a um Profissional de saúde fazer parte do Júri do Concurso, disse que nem concorda nem discorda, mas pensa que isso em nada interferiria. Terminou dizendo que gostava de saber se anteriormente, quando a administração Central abria os concursos para Assistentes Operacionais para o Sátão, se, por acaso, havia no Júri algum representante desse Centro de Saúde. É que, se houvesse, então teria que se redimir e pedir desculpa.

Sandra Cravo: Interveio para esclarecer que não tinha dito que a Câmara não apoiava os outros Clubes, o que disse foi que a diferença de verbas atribuídas é que era diferente. Disse ainda que tinha conhecimento que ao Clube de Karaté tinham sido atribuídos 2.000€, o que era manifestamente pouco, comparando com os outros Clubes.

Presidente da Câmara: Informou que era verdade o que dizia, mas esse foi o último subsídio que lhe foi atribuído, anteriormente já tinha havido outros para apoiar as tais deslocações, bem como encontros ou Campeonatos. Reiterou que, sempre que o Clube solicitou apoio para alguma atividade, foi sempre atendido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Tiago Rebelo: Depois de dirigir cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia e demais membros daquela Assembleia referiu o seguinte:

«Sr. Presidente, tenho aqui duas questões que gostava que esclarecesse.

1ª - A prestação de serviços de atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo, AEC'S, contempla uma verba de 30.000 euros. Os restantes 35.000 euros para prestação de serviços de expressão musical do 1º ciclo são adstritos a outro projeto? Qual é a entidade que dinamiza a expressão musical e qual a entidade que dinamiza as AEC'S?

Tenho outra pergunta e um pedido.

Como outras pessoas que aqui estão que gostam de jogar futebol, eu sou utilizador do Pavilhão Municipal. Cada pessoa paga 1€ de cada vez que lá vai jogar, durante uma hora.

Gostava de perceber como é que esse dinheiro entra na Câmara, se chega ou não à Câmara e como é que dá entrada. E também se poderíamos utilizar esse dinheiro, por exemplo, para compor as tampas de esgoto, para compor o ar condicionado, para compor as portas e por dar ali um jeitinho às atividades que nós fazemos.

Obrigado.»

Presidente da Câmara: Em relação ao 1º Ciclo e às AEC's, estas são levadas a cabo por uma empresa, denominada "O Mundo dos Amigos", e a Expressão Musical era feita pela empresa "Nota Lá", que é uma Escola de Música. Relativamente ao dinheiro que pagavam para utilização do Pavilhão Gimnodesportivo, informou que era todo entregue na Câmara, na Tesouraria, efetuando-se o respetivo registo. Se o Sr. Deputado quisesse consultar esses registos, ser-lhe-iam facultados sem qualquer tipo de problema. Quanto a melhoramentos ou arranjos no Pavilhão, referiu que essa era uma das obras que inseriu no Programa 2023, ansiando que em janeiro ou fevereiro próximos pudessem inicial algo a esse respeito.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2024 a 2028) - ano financeiro 2024, este foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio

Votos a favor: 19 (vinte e nove);

Votos contra: 8 (oito) - *Sandra Almeida Cravo Fonseca; António Carlos Rodrigues; Marco Augusto Lopes Almeida Girão; Tiago André Cardoso Figueiredo; Ricardo Filipe Moreira Almeida; Tiago Orlando Jesus Rebelo; Rosa Maria Saraiva Simões; Gonçalo Rui Martins Magalhães;*

Abstenções: 2 (duas);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2024 a 2028) - ano financeiro 2024, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto nove da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Começando por referir que se encontrava na sala a Dr^a Carla Albuquerque, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, que responderia a qualquer questão mais técnica que pretendessem colocar e ver esclarecida, disse que como poderiam verificar no documento apresentado, o Município, atualmente, tinha afetos 160 trabalhadores, 80 da Escola e 3 do Centro de Saúde.

Presidente da Assembleia: Questionou os presentes sobre se alguém pretendia interpelar a Dr^a Carla sobre algum ponto do Mapa de pessoal. Como ninguém se pronunciou, abriu as inscrições.

Inscrições: Carlos Rodrigues;

Carlos Rodrigues: Disse que relativamente ao Mapa de Pessoal não havia muito a dizer porque refletia as opções estratégicas de quem dirige a Câmara e tem de responder por ele. No entanto, bastava consultar o base.gov.pt e viam o conjunto de contratos da Câmara Municipal para prestação de serviços. Havendo lá contratos reiterados consecutivamente, perguntou o porque de essas pessoas não serem integradas no Mapa de Pessoal, uma vez que eram necessárias. Outra questão tinha a ver com a agilização das carreiras. A este respeito perguntou se as avaliações estavam todas atribuídas, e se era possível as pessoas subirem, em 2024, com a questão dos 6 (seis) pontos.

Presidente da Câmara: Respondeu que relativamente ao SIADAP, estava tudo atribuído e que todos os Trabalhadores que cumprissem as condições necessárias, iriam subir, porque tinham esse direito. Quanto aos Contratos de prestação de serviços, excluindo por exemplo as trabalhadoras do Centro de saúde nessa situação, referiu que a maior parte de desses Contratos era trabalhadores externos, isto é, que exerciam funções no exterior e que nem sempre eram necessários, pois havia alturas no ano em que o trabalho escasseava e vice-versa, daí a necessidade destes contratos. Fazendo referência às palavras do Sr. Deputado, de que eram opções de quem dirigia a Câmara, referiu que de facto assim era. Como responsável pelo Pessoal, achava que a gestão em relação a este ponto deveria se feita como está a ser. Terminou dizendo que quando pudesse abrir concurso para integração nos postos de trabalho, assim o faria.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão do Mapa de Pessoal para 2024, este foi colocado à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Mapa de Pessoal para 2024, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

10. Discussão e votação da Proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto dez da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Referindo que em relação aquele assunto não deveria haver dúvidas, disse que era necessária a aludida autorização, por forma a agilizar os trabalhos da Câmara, naquela matéria.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2024, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2024, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

11. Discussão e votação da Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto onze da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Informou que a taxa em questão era uma taxa que as operadoras iriam pagar ao Município, a qual não fica associada às faturas dos clientes

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 27 (vinte e sete);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 27 (vinte e sete) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2024, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

12. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto doze da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referindo que sendo sempre coerente com a sua posição, disse que a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara, com quatro votos a favor e três contra, era a mesma que tinha sido enviada para a Assembleia Municipal, e que, em tudo era igual à proposta de anos anteriores, porque está convicto que aqueles que têm um rendimento maior devem ajudar aqueles que têm um rendimento menor. Aqueles que mais necessitam, por terem poucos ou nenhuns rendimentos, não iriam beneficiar desta diminuição do IRS. Quem beneficiaria com a redução do IRS eram as pessoas que pagam IRS, pois os outros, aqueles que ganham o salário mínimo, nem sequer IRS pagam. Assim continuam a propor os 5%, e a razão era a mesma que todos os anos ali apresentava.

Inscrições: Marco Girão; Ricardo Almeida; Pres. Junta de Sátão (António José Carvalho);

Marco Girão:

«Sr. Presidente do Município

Já em anos anteriores tive a oportunidade de lhe transmitir a minha opinião sobre esta matéria.

Seria assim, aborrecido, vir aqui novamente repetir as mesmas frases e os mesmos motivos, até porque, todos sabemos, por orgulho ou simples teimosia, a sua resposta seria exatamente igual.

Então, evitando seguir a lógica argumentativa dos benefícios para o concelho, caminho ao qual o Sr. Presidente responderá com um muro de intransigência, venho desta feita denunciar a completa falta de consistência presente nos fundamentos da proposta em deliberação, naquela que é mais uma prova da sua completa incompetência, facto que ao fim de tantos anos, ainda consegue surpreender.

Em primeiro lugar a argumentação é inválida.

Diz a proposta que é por causa da redução das receitas provenientes do orçamento de estado e, também, do decréscimo da cobrança de impostos locais, que se torna necessário assegurar a cobrança deste imposto, pois a necessidade dos recursos financeiros para a autarquia assim o exige.

Ora, uma rápida consulta aos orçamentos para o ano de 2023 e 2024 permite concluir o seguinte:

Em 2023, a transferência corrente do Fundo de Equilíbrio Financeiro foi orçamentada em € 5.270.106,00.

Em 2024, o valor inscrito é de € 5.481.900,00, ou seja, mais € 211.794,00.

Em 2023, a transferência do Fundo Social Municipal foi orçamentada em € 246.163,00.

Em 2024, o valor inscrito é de € 303.510,00, ou seja, mais € 57.347,00.

Em 2023, a participação do município na receita do IVA foi orçamentada em € 69.542,00.

Em 2024, o valor inscrito é de € 109.172,00, ou seja, mais € 39.630,00.

Finalmente, em 2023, o valor relativo à redistribuição do excedente resultante dos limites legais às variações mínimas e máximas na participação dos municípios nos impostos do estado foi orçamentado em € 724.228,00.

Em 2024, o valor inscrito é de € 1.768.438,00, ou seja, mais € 1.044.210,00.

Contas feitas, o acréscimo de receitas provenientes do orçamento de estado, de 2023 para 2024, cifra-se em € 1.352.981,00.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente, onde está aqui a redução de receitas provenientes do orçamento de estado?

Fazendo agora uma análise aos impostos locais, de um valor previsto, em 2023, de € 1.745.969,00, temos para 2024 um valor previsto de € 1.839.295,00.

Ou seja, também aqui temos uma diferença, para mais, no montante de € 93.326,00.

Pergunto-lhe, Sr. Presidente, onde está aqui o decréscimo na cobrança de impostos locais?

Mas se não restam dúvidas quanto à fraqueza dos argumentos apresentados, que dizer da suposta necessidade financeira do município?

Com um saldo de gerência acumulado na ordem dos quase seis milhões de euros, pergunto-lhe, Sr. Presidente, a câmara precisa de dinheiro para quê?

Para acumular?

Pergunto-lhe, Sr. Presidente, onde está escrito que um município tem de ter lucro?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

O Sr. governa para pessoas, não governa para acionistas.

E não venha para aqui dizer que vai fazer isto, aquilo e aqueloutro quando aquilo que todos nós vemos são: ciclovias que colocam em perigo os automobilistas, pessoas a passar frio no centro de saúde, estações de tratamento de águas residuais que nunca mais entram em funcionamento, obras que provocam constrangimentos intoleráveis às populações, e água que ninguém se atreve a beber.

Estes são alguns dos exemplos que revelam uma incompetência e uma incapacidade que já há muito ultrapassaram fronteiras e que envergonham as gentes deste concelho.

Por isso, Sr. presidente, diga às pessoas a verdade e tenha mais respeito por esta Assembleia.

Assuma que não prescinde de cobrar o IRS porque tem o intuito de acumular e não de redistribuir, privilegiando uma visão ultrapassada de governança em detrimento de uma visão social, dirigida às pessoas e pelas pessoas.

Não concordando com essa sua visão, e sendo frontalmente contra esta opção política, o meu voto é contra. Obrigado»

Ricardo Almeida: Depois de cumprimentar novamente os presentes, proferiu o seguinte:

«Então o Sr. Presidente este ano, mantém as mesmas decisões, mas usou palavras diferentes para dizer o mesmo. Pois no ano passado dizia qualquer coisa como: “Esta medida é para tirar aos ricos e dar aos pobres”.

ISTO SE FOSSE UMA HISTÓRIA A CONTAR AS CRINÇAS SERIAM UMA BELA E NOBRE HISTORIA, MAS NA SOCIEDADE ATUAL QUE VIVEMOS TEM UM SIGNIFICADO BASTANTE DIFERENTE.

Tirar dinheiro aos ricos, o que é ser rico? O que é ser pobre?

Não sei se o Sr. Se atreve a responder-me a esta pergunta com um número mt rapidamente? Eu adoro a matemática pois ela fala sem espinhas, para si um rico quanto ganha mensalmente?!

Para mim um rico é quem ganha 3x o ordenado mínimo, em 2023, 2280euros.

Temos de tomar em consideração que só quem recebe o salário mínimo não paga IRS, a partir daí pagam todos.

Com dados de 2021, no Sátão o ganho medio mensal por trabalhador era de 886€ quando o salário mínimo era de 665€, ou seja, extrapolando, em 2023 o ganho medio mensal do trabalho do Sátão é 1013€.

Isto é ser rico? Ganhar 1000euros por mês?

No meu caso, sou uma rica pessoa, mas uma pessoa rica não sou.

Na realidade, o seu conceito de rico serve para mascarar a sua principal intenção de ir aos bolsos dos satenses para satisfazer o que você pretender depois. Pois como o Marco falou agora, tem o saldo acumulado e não se percebe bem esta verba.

Aos ricos, este valor não é significativo e vão continuar ricos na mesma e também são as pessoas que têm recursos para gerir a carga fiscal de outra maneira, mas as pessoas que realmente lutam e trabalham por um pouco mais, um pouco mais acima do ordenado mínimo, num ano que toda a gente sentiu os efeitos das taxas de juro no crédito de habitação, da inflação nos supermercados ainda vem o presidente da camara e tira-nos 5% do IRS, a taxa máxima.

Vamos a matemática novamente, arredondando os números, esta medida prevê em 2024 cerca de 384mil euros para a camara, se a população residente de 11mil pessoas cerca de 58,5% é em idade ativa, ou seja, 6400pessoas, nessas pessoas vamos tirar os desempregados que são 6% ficam 6mil pessoas, dividindo a verba pelas 6mil pessoas da 64€ em média por pessoa.

O que você esta a alimentar é o chamado ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

Analisando a sua visão de governação, fica alinhado:

Menos pessoas a tentarem dar o salto de rendimentos, pois podem tornar-se ameaça do sistema mais independentes, e assim pessoas mais pobres que naturalmente pedirão mais ajudas, e onde a camara é de longe o maior empregador ficamos com o Sátão mais pobre, mas o que interessa é manter o Executivo cá na Câmara.

A proposta ira ser votada, aqui estão as pessoas que representam todas as pessoas do Sátão, eu sei e vocês sabem, que eu tenho razão nesta matéria, vamos ter coragem e fazer o bem as pessoas do Sátão, votem contra esta proposta.

Obrigado.»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Renovando os cumprimentos referiu que só queria dar nota de dois aspetos importantes. O primeiro era que sendo o Sátão um Concelho do interior em desertificação, o que foi comprovado e correlacionado com o resultado dos Censos 2021, seria salutar que esses rendimentos médios mais baixos e com a inflação elevada que se tem verificado, fosse demonstrado pelo Executivo Camarário que esta redução da Taxa de IRS seria de facto um elemento dissuasor para a fixação de pessoa no Concelho. Disse que essa situação não se verificava e que o Município do Sátão estava em contraciclo com dezenas de Concelhos do seu Distrito. Assim, deixava ali a sua discordância porque, efetivamente, reduzir esta taxa seria garantir o aumento do rendimento disponível.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2024, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 18 (dezoito);

Votos contra: 11 (onze); - *Sandra Almeida Cravo Fonseca; António Carlos Rodrigues; Marco Augusto Lopes Almeida Girão; Tiago André Cardoso Figueiredo; Ricardo Filipe Moreira Almeida; Tiago Orlando Jesus Rebelo; Rosa Maria Saraiva Simões; Gonçalo Rui Martins Magalhães; António José Filipe Carvalho (Pres. Junta Freg. Sátão; David Micael Mota Tavares (Pres. Junta. UF Águas Boas e Forles); Rui Miguel Almeida Lopes da Silva;*

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, Proposta de fixação da participação variável no IRS/2024, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

13. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto treze da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Em relação ao ponto em título, a Câmara Municipal estipulou a fixação do Imposto no mínimo, que era 0,3%.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da Proposta de fixação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2024, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 25 (vinte e cinco);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 25 (vinte e cinco) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2024, foi aprovada, por unanimidade. Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

14. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto catorze da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referindo que a proposta apresentada era a mesma dos outros anos, relembrou quais eram os valores de redução de IMI em cada família, dependendo do número de filhos: 1 filho = 20€; 2 filhos = 40€; 3 filhos = 70€.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2024, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 27 (vinte e sete);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 27 (vinte e sete) membros na sala, pelo que, a Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2024, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

15. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

16. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Referiu que, como já vem sido praticado nas reuniões anteriores, se nenhum Deputado se opusesse, sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocou os pontos quinze e dezasseis da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Tiago Rebelo; Marco Girão; Ricardo Almeida; Carlos Rodrigues.

Tiago Rebelo: Renovando os cumprimentos disse que só queria pedir algo relativamente ao envio dos documentos para a reunião. Neste seguimento referiu que, como habitualmente, os documentos tinham sido enviados por *WeTransfer*, que tem uma validade de 5 dias e, por vezes, pelos mais diversos motivos, podia não ser possível ir lá transitá-los. Sendo ele informático informou que esses serviços não eram seguros, não devendo por isso ser usados para o envio dos documentos, e solicitou que, por agora, o abrissem novamente pois não tinha conseguido fazer o *download* dos ficheiros, porque já não foi a tempo. Sugeriu que se criasse uma plataforma interna que disponibilizasse um *login* e uma *password* para cada um dos utilizadores, colocando ali os documentos, podendo assim aceder-lhes sempre que necessário. Reiterou que o *WeTransfer*, não era seguro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Respondendo à intervenção supra, lançou um desafio ao Sr. Deputado para que, articulando com os serviços de informática do Município, estudassem essa possibilidade, ou a melhor possibilidade.

Marco Girão: Iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente ao assunto da Ciclovía, o mesmo deveria fazer parte da ordem de trabalhos da próxima reunião, para análise e discussão naquela Assembleia, no sentido de deliberar o envio ao Órgão competente para apreciação. Em relação a algo que o Sr. Presidente ali revelou, disse que fazia uma separação entre relações pessoais e diferenças políticas e por uma questão de respeito à pessoa, desejou-lhe as melhores que foram mesmo sinceras. Continuando disse que iria, então, fazer a sua intervenção política, a qual se transcreve:

*«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Município,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,
Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,*

Cumprem-se, por esta altura, mais de dois anos em que o executivo político deste município tomou posse e iniciou o seu mandato. Será, por isso, importante, fazer um balanço, com a compreensão sobre o que foi feito e como o concelho está neste momento, uma análise do que foi alcançado, se é que algo foi alcançado, procurando elaborar, desta forma, uma reflexão sobre os resultados obtidos, percorridos que estão mais de vinte e quatro meses de governação.

Na impossibilidade de abarcar, numa intervenção que se deseja breve e esclarecedora, a miríade de temas que poderia trazer a esta assembleia, irei debruçar-me apenas em três eixos que considero fundamentais e de inatacável importância, que julgo fornecerem um retrato credível e bem fundamentado de dois anos perdidos, dois anos de marasmo, dois anos que deveriam envergonhar os decisores políticos do concelho.

Se refletirmos todos em conjunto, chegaremos à conclusão que durante os dois últimos anos nada de verdadeiramente relevante para o futuro desta terra ocorreu, consequência da plena e manifesta falta de qualidade dos eleitos para lidar com os desafios que atualmente são colocados a uma autarquia.

E os eixos que aqui trago são:

peçoas;

recursos;

instituições;

Começando pelas pessoas, a um município apresentam-se, cada vez mais, desafios de carácter social, onde a qualidade de vida e o bem-estar das populações são imperativos a ter em conta na ação política do Presidente de Câmara e da sua equipa.

Longe vão os tempos em que as principais preocupações de um autarca se resumiam a acessibilidades e saneamento.

A saúde é, assim, um serviço essencial e de proximidade, em relação ao qual o município deve assumir uma atitude proativa e de intervenção, defendendo dessa forma os interesses dos munícipes, que nesta área em particular, coincidem muitas vezes com os interesses dos mais vulneráveis e dos que menos podem.

No concelho de Sátão, como já tive a oportunidade de denunciar nesta mesma sala, pouco ou nada tem sido feito nesse sentido. Considerando que temos um Presidente de Câmara que se vangloria de apresentar um saldo de gerência de quase seis milhões de euros, nestes dois anos o investimento feito no Centro de Saúde resume-se a uma porta, e para isso foi necessário que o assunto fosse colocado, sem quaisquer tabus ou constrangimentos, perante esta assembleia.

Durante estes dois anos, enquanto as pessoas passaram frio, esperaram e desesperaram, o executivo adiou a transferência das competências no setor da saúde, pois o Presidente do município entendeu regatear essa mesma transferência para receber mais cento e vinte e nove mil euros para a realização das obras de reabilitação do Centro de Saúde, ao mesmo tempo que desperdiçava cerca de um milhão de euros numa estrada que só se tornou necessária após uma incompetente decisão em fazer um parque industrial num local sem acessos em condições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Que não restem dúvidas, a situação do Centro de Saúde é uma completa vergonha, e o comportamento do executivo foi, durante os últimos dois anos, contrário aos interesses das populações.

Para verificarmos isso basta visualizarmos algumas publicações nas redes sociais, onde se compreende o desagrado e o desespero das pessoas nos comentários que as mesmas geram.

Desta vez vou-me abster de citar qualquer comentário, mas acho importante replicar aqui um apelo feito por uma autora de uma publicação, pois que o mesmo é, em minha opinião, representativo daquele que é o cerne do sentimento popular, um grito de impotência, um pedido de ajuda:

“Alerta-se a quem de direito, para as condições e funcionalidades do centro de Saúde do concelho. Tanto no acolhimento aos utentes como na degradação do equipamento e infraestruturas.”

Passando agora aos recursos,

Um dos recursos com maior importância no dia-a-dia das populações é a água. Aos municípios compete, desde há décadas, o fornecimento de água, em quantidade e qualidade, numa ótica de serviço e saúde públicos. Se há trinta, quarenta anos, ainda eram compreensíveis os défices existentes na execução dessa tarefa, em 2023 o que se passa neste concelho é algo anacrónico, quase um caso de estudo, já que mês após mês, e ano após ano, a água que sai das torneiras não é confiável para consumo humano.

Mais, sempre que chegamos à estação seca, a que sai, e quando sai, é gordurosa, com mau cheiro e, muitas vezes, lamacenta.

O responsável pelo executivo, confrontado com essa realidade, tem mandado ferver a água e tem pedido desculpas.

Ocorre-me pensar que assim qualquer um pode ser autarca.

Caso as coisas corram mal, faz-se um pedido de desculpas e passasse um pano sobre o assunto.

A situação é tão má que o município chegou ao cúmulo de ter de pagar indemnizações aos munícipes em razão das reclamações recebidas por roupa e máquinas de lavar estragadas.

Alguma coisa mudou ou foi feita nos últimos dois anos para alterar este estado de coisas? Como todos bem sabemos, nada foi feito.

Este é, então, mais um exemplo da incapacidade e incompetência do executivo, uma triste realidade que obsta a uma maior qualidade de vida das gentes do concelho.

Por último, falamos de Instituições.

A maior e mais importante instituição do concelho é a Câmara Municipal. Num concelho como o Sátão, do interior e de baixa densidade populacional, a instituição Câmara Municipal desempenha um papel fundamental no exemplo que transmite para todos os restantes setores da sociedade civil.

Foi precisamente na primeira metade do mandato deste executivo que todos tivemos conhecimento da denúncia de práticas de assédio moral e sexual no município, denúncia essa que reportou comportamentos que supostamente já se verificavam há anos, com o alegado conhecimento do principal responsável pela instituição.

Presumivelmente, essas práticas foram sempre desvalorizadas e encobertas por quem tinha a obrigação de agir, numa flagrante atitude de desrespeito pelas vítimas, desrespeito pelos restantes funcionários e desrespeito pelos princípios básicos de liderança e cumprimento da lei.

Esse escândalo, exposto nas parangonas dos principais órgãos de comunicação social do país, desprestigiou o concelho, o município e os seus líderes, e fomentou ainda mais a desconfiança dos cidadãos perante uma instituição que deveria ser um local onde a moralidade, a correção e os bons costumes deveriam prevalecer.

E o concelho, ao invés de ter tido um Presidente de consciência tranquila, teve um Presidente que se furtou ao escrutínio público, não assumindo, até hoje, qualquer posição face ao sucedido.

Como todos podemos facilmente constatar, bastaram três simples exemplos para verificarmos que o concelho de Sátão não está no bom caminho. Os problemas expostos, além de graves, evidenciam aquilo que há muito é perçecionado pelas pessoas.

O Presidente do município, Dr. Alexandre Vaz, já viu expirado o seu prazo de validade. O seu estilo de governação, e o seu modo de interpretar os desafios que são colocados a um município, não se coadunam com as exigências atuais.

Nesse sentido, a crescente descentralização de competências enuncia um paradigma onde o executivo deve ser constituído por uma equipa que consiga desenvolver, toda ela, trabalho de qualidade, e onde exista uma verdadeira e eficaz delegação de competências e tarefas.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Dentro desse paradigma, cada vereador deve ser responsável pelos pelouros que lhe são atribuídos, devendo para isso apresentar capacidade de análise e decisão, num cenário onde ao Presidente cabem as principais funções de planejar e supervisionar.

Como todos bem sabemos, no concelho de Sátão o Presidente do município congrega na sua mão todas as decisões, da mais importante à mais trivial, num modelo de governação desajustado e contrário às melhores práticas existentes.

Há um curto e célebre discurso de um autor essencial da revolução de abril, que enuncia o seguinte:

“Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados socialistas, os estados capitalistas e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos!”

Também aqui, no nosso concelho, penso ser chegada a hora de acabar com o estado a que chegámos! Muito obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia de Sátão: Reiterando os cumprimentos disse que só iria abordar dois aspetos. O primeiro era para relembrar a obra da Rotunda à entrada da aldeia de Muxós, a qual desejavam que se iniciasse brevemente. O segundo prendia-se com a Habitação Social de Sátão. Para quando o seu início e se todas as Freguesias já tinham indicado as habitações obsoletas para serem recuperadas. Terminou a sua intervenção desejando a todos os presentes e às respetivas famílias, um Santo Natal e um Ano de 2024 pleno de Saúde, Paz e realizações pessoais e profissionais.

Ricardo Almeida: Tomou a palavra dizendo que iria ser rápido, pois só aportaria dois assuntos. 1º - Limpeza do espaço florestal junto à rotunda entrada da Vila, sobre o qual já vem chamando à atenção desde um ano a esta parte, e que continua igual. Sobre este assunto perguntou qual era o ponto de situação. 2º - Dizendo que gostava de ter resposta diferentes às habituais sobre o assunto, questionou sobre o ponto de situação da ETAR do Sátão. Findou desejando um bom Natal a todos, com muita saúde.

Carlos Rodrigues: Dizendo que ia tentar ser breve, lembrou o Sr. Presidente que há algum tempo, um grupo de pais que traziam as crianças no ATL, falaram com ele sobre alguns problemas e dificuldades com os transportes, onde o Sr. Presidente disponibilizou transporte às quartas e sextas, de tarde, porque as crianças têm a tarde livre e, tendo-se comprometido a atribuir uma carrinha ao ATL, perguntou se a dita carrinha sempre iria ser atribuída ou não, e porque que ainda não foi. Numa outra questão que se prendia com a Loja do Cidadão, dizendo que havia muitas que necessitava de preencher ou corrigir alguns documentos, referiu que não dispunham de uma base de apoio para esse efeito. Na sua opinião, o problema era de fácil resolução, bastaria colocar uns apoios nas paredes, tipo tábuas ou pequenas prateleiras. Disse ainda que não se percebia como, num espaço daqueles, não havia *Hi-Fi* gratuito, pois cada vez mais se trabalhava com dispositivos digitais, e sem *Internet* era impossível. Em relação às obras que se arrastavam, no Concelho, nomeadamente a obra junto ao Campo de Futebol da Premoreira, perguntou porque razão se encontrava parada já há algum tempo. Relativamente ao Eucalipto, não concordando com as explicações do Sr. Presidente, referiu que aquela árvore era *ícone* para o Concelho e o Sátão poderia ser conhecido por ter a maior árvore de Natal, natural, sendo importante para o turismo. Findou a sua intervenção formulando votos de bom Natal para todos os presentes.

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues e em relação ao problema do ATL disse que, de momento, de acordo com o pedido dos pais e conforme lhes foi transmitido, era o autocarro do Município que estava a efetuar o transporte, estando-se a estudar a atribuição de uma carrinha à Casa do Povo de Sátão, assunto que será discutido em reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Câmara em 2024. Relativamente ao Hi-Fi na Loja do Cidadão, disse que não via nenhum inconveniente na sua instalação. Para tal iria ver junto dos serviços de informática. Em relação à mesa ou base de apoio, referiu que essa solicitação já lhe tinha chegado por parte do Trabalhador do Município, Dr. António Pina, tendo, entretanto, contactado a empresa que ali colocou o mobiliário, aguardando resposta. Respondeu ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, lembrando todas as diligências levadas a cabo pelo Município, com a finalidade de notificar o proprietário para proceder à limpeza daquele espaço e todas se revelaram infrutíferas. Entretanto solicitou-se à Câmara Municipal de Viseu que, através da Polícia Municipal, se conseguisse notificar o proprietário, estando a aguardar resposta. No que se refere à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, sobre a Rotunda de Muxós, disse que a obra será para arrancar dentro de muito pouco tempo, sendo pra levar a cabo em 2024. A respeito da Habitação Social, informou que o Município já tinha iniciado a aquisição de Casas (Silvã, Decermilo, Pedrosinha), prevendo adquirir mais algumas até final do ano. A respeito da intervenção do Sr. Deputado Marco Girão, começando por dizer que era normal ter as suas opiniões, relativamente ao mandato de 24 meses, disse que discordava com o que a afirmação que fez quando referiu que gastou 1 milhão na estrada em vez de o gastar no Centro de Saúde, até porque o Centro de Saúde, nessa altura, ainda não era da Competência do Município. Disse ainda que o principal problema da Saúde, não era o aquecimento ou a porta, era a falta de Médicos e de pessoal de Enfermagem; esse sim era o problema crucial, não só no Sátão, mas a nível nacional. Quanto aos valores que o Sr. Deputado disse que andou a mendigar, referiu que não mendigou, apenas entendeu que não poderia aceitar a Delegação de Competências com o Edifício no estado em que estava por negligência da Tutela. Assim sendo, a Administração Central responsável pela organização do Centro de Saúde e estando implícita a conservação dos edifícios, em defesa dos interesses do Concelho, a aceitar a Delegação de Competências, deveria ser com contrapartidas. Quanto à nova porta, informou que quem a colocou foi a ARS, por isso a sua afirmação não era verdadeira. Disse ainda que, em 2024, em relação a instalações e a Assistentes Operacionais, o Centro de Saúde de Sátão ficará muito melhor do que está atualmente, porque agora já era responsabilidade do Município. No entanto, quanto a Médicos, Pessoal de Enfermagem, Assistentes Técnicos, Horário de Funcionamento, a Câmara nada podia fazer, continuava sob a tutela da ARS. A respeito a declaração feita pelo Sr. Deputado, onde diz que *“qualquer um pode ser autarca”*, disse que não era verdade, pois só podia ser Autarca quem tem votos e ganha eleições. Voltando ao tema da estrada (estrada de ligação da EN 229 à EN 329) disse que considerava que, não sendo um desperdício, nem servia somente a zona Industrial, aquela estrada era uma mais valia para o Concelho. Em relação à água, disse que a Câmara estava a envidar esforços para melhorar a qualidade da água com a construção da ETA, como já foi anteriormente abordado, a qual estará pronta dentro de muito pouco tempo. Ainda sobre este tema, comunicou aos presentes a intenção de o Município aderir às Águas do Douro e Paiva. Acerca da ETAR de Sátão, informou que já tinham procedido à ligação do PT e que se encontravam a realizar os necessários e obrigatórios testes, para que posteriormente inicie o seu funcionamento. No tocante às obras nestes 24 meses, referindo que foram fazendo alguma coisa que foram sempre pagando, aludiu as seguintes situações: acabaram a Estrada de ligação da EN 229 à EN 329; iniciaram a Ponte do Vouga; abriram a estrada da Premoreira; fizeram a Ciclovia; investiram na Quinta da Miusã; investiram na obra do Parque adjacente à Rua Manuel de Oliveira. Relativamente à obra junto ao Estádio da Premoreira, comunicou que estava entregue ao Empreiteiro e que já tinham iniciado as obras. Em relação às Instituições, informou que, sempre que é solicitado, o Município tem apoiado as Instituições, sobretudo as IPSS. Quanto às Pessoas, disse que era o principal foco do Executivo, aliás cumprindo o *slogan* da sua candidatura *“Acessibilidades, Pessoas e Indústria”*. Referindo que provavelmente não agradaria a todos, iam fazendo o que podiam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Comentou que o principal problema em relação às obras, era transversal a praticamente todos os Municípios e prendia-se com a falta de mão de obra das Empresas. Referindo que no final daquela sessão seriam entregues os habituais Cabazes de Natal, que este ano tinham sido elaborados pela recém-criada Associação de Trabalhadores do Município de Sátão, terminou a sua intervenção desejando a todos e às suas famílias, um Bom Natal e Bom 2024, principalmente com muita saúde. Concluiu dizendo que ali estariam em 2024 para continuar a luta política e que, em 2025, ganhe o mais votado.

Presidente da Assembleia: Feita a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos da presente reunião e não havendo mais nenhum assunto para expor ou discutir, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a presença de todos e a forma respeitosa como decorreu a reunião, apesar de muito extensa, deu por encerrada a sessão, pelas treze horas e vinte e sete minutos, desejando a todos um Santo e Feliz Natal e um ótimo 2024, bem como às suas famílias.

O Presidente da Assembleia

Paulo Manuel Lopes L. Santos

As Secretárias

Isabel do Socorro Albuquerque de Fátima Pinheiro

Rosa Maria Remédios Oliveira

